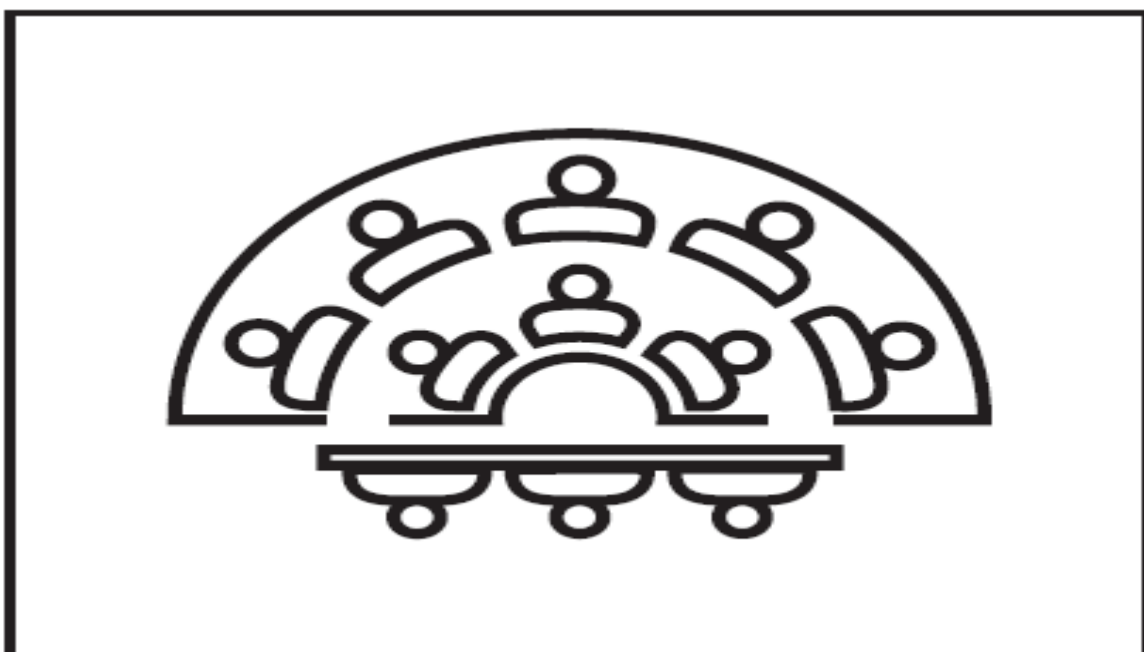


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO



ATA N.º 4

Sessão Ordinária 28 de Fevereiro de 2014

**APROVADA POR MAIORIA, com 23 votos a favor e 3 abstenções.
Na Sessão Ordinária realizada em 28/04/2014.**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

-----Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e catorze, pelas nove horas e trinta e cinco minutos, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, tendo a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- 1.1 Apreciação e votação da Ata da Sessão Ordinária realizada em 27 de Dezembro de 2013; ---
- 1.2 Informação da Correspondência; -----
- 1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município. -----

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO 1 — APRECIAÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

PONTO 2 — 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA PARA O ANO DE 2014;

PONTO 3 — ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA COM A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DOURO SUPERIOR DE FINS ESPECÍFICOS; -----

PONTO 4 — 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2014. -----

PONTO 5 — INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE 3 (TRÊS) PARCELAS DE TERRENO – CUJAS ÁREAS TOTALIZAM 1.175,00 m² – DO PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO “QUINTA DA PORTELA”, SITO NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ADEGANHA E CARDANHA, DO CONCELHO DE TORRE DE MONCORVO; -----

PONTO 6 — ADESÃO DO MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO À REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL; -----

PONTO 7 — APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ) DE TORRE DE MONCORVO DO ANO DE 2013. -----

3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

-----A sessão foi presidida pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, **José Mário Leite**, secretariado pela senhora **Cristina Alexandra Pantaleão Trindade**, como primeira secretária e o senhor **João Augusto Leal Leonardo**, como segundo secretário. -----

-----Aberta a sessão, para além da Mesa da Assembleia, estiveram presentes os seguintes senhores Deputados Municipais: -----

Força Política	Membros	
Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP	António José Félix Salgado	
	Luís João Fernandes Dias	
	Maria Cecília Maçorano Saraiva Pinto	
	Manuel Carlos Prado	
	Luís Miguel Meneses Macedo	
	Pedro Manuel Ferreira Pereira	Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Boa
	Francisco António Roque Braz	Presidente da Junta de Freguesia de Carviçais
	Mário Diogo Pinheiro Miranda	Presidente da Junta de Freguesia de Horta da Vilarça
	António Manuel Martins	Presidente da Junta de Freguesia de Lousa
	José Carlos de Sá Meneses	Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo
Adriano Luís Mendes Martins	Presidente da Junta da União de Freguesias de Felgueiras e Maçores	



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

Força Política	Membros	
Partido Socialista	António Alves Salema	
	Beatriz da Luz Souza Fernandes	
	António Manuel Lopes	
	Maria Vitória Andrade Lázaro	
	Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira	
	António Júlio Andrade	
	José Carlos Cordeiro	Presidente da Junta de Freguesia de Açoreira
	Luísa Maria Pinto Ferreira	Presidente da Junta de Freguesia de Castedo
	António Júlio Sá Andrade	Presidente da Junta de Freguesia de Larinho
	Luiz Marcelino Lopes	Presidente da Junta de Freguesia de Mós
	José Manuel Moreiras	Presidente da Junta da União de Freguesias de Adeganha e Cardanha
	António Manuel de Castro Gonçalves	Presidente da Junta da União de Freguesias de Felgar e Souto da Velha
	Afonso Henrique Alagoa	Presidente da Junta da União de Freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos

-----**Pedido de substituição:**-----

-----O membro Fernando António Aires Ferreira justificou a ausência sendo a falta considerada justificada, sendo substituído na presente sessão pelo eleito que se segue na lista do Partido Socialista – **Magali Isabel Sebastião Amador.**-----

-----A **CÂMARA MUNICIPAL** fez-se representar pelo seu Presidente senhor Dr. Nuno Gonçalves, estando ainda presentes o senhor Vereador e Vice-presidente Victor Moreira e a senhora Vereadora Eng.^a Piedade Meneses.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, encontrava-se o Assistente Técnico Favorino José Bastos de Carvalho.-----

-----**Presenças:**-----

-----Verificou-se a presença da totalidade dos 28 membros desta Assembleia Municipal.-----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----Iniciado o período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Mesa por proposta da Câmara Municipal, colocou à votação a inclusão do seguinte assunto: **PONTO 8 — CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE SANEAMENTO FINANCEIRO, COM A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, NO MONTANTE DE 9.400.000,00€ – ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA CONTRATUAL N.º 9**, sendo aprovada por unanimidade a sua inclusão na ordem de trabalhos, de acordo com o preceituado no n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Mesa passou à discussão e aprovação da ata da sessão anterior.-----

1.1 Ata n.º 3 da Sessão Ordinária realizada em 27 de Dezembro de 2013.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

-----Não havendo inscrições para intervir, o senhor Presidente da Mesa colocou-a a votação, tendo-se registado o seguinte resultado: -----

	Coligação PPD-PSD/CDS-PP	Partido Socialista (PS)	TOTAL
Votos a Favor	14	13	27
Abstenções	0	1	1
Votos Contra	0	0	0

-----Assim, a **Ata da Sessão Ordinária realizada em 27 de Dezembro de 2013**, foi **aprovada por maioria**, com **uma abstenção** da Deputada Municipal Beatriz da Luz Souza Fernandes, por não ter estado presente na sessão. -----

1.2 Informação da Correspondência. -----

-----O senhor Presidente da Mesa deu conhecimento da correspondência recebida através do resumo previamente distribuído, nomeadamente: -----

- Ofício n.º 1 datado de 08/01/2014 da Assembleia Distrital de Bragança, relativa à Instalação e eleição da Mesa da Assembleia – Mandato 2013/2017; -----
 - Infelizmente esta Sessão não se realizou por falta de quórum. Apraz-me registar que de Moncorvo estavam os três membros presentes, portanto, o Presidente da Assembleia, o Presidente da Câmara e o representante dos Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho. Lamento imenso que estas situações aconteçam. -----
- *Email* do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, a enviar Projecto de Resolução dos Verdes – Recomendação ao Governo que restabeleça a ligação regular de serviço público em transporte aéreo entre Lisboa, Vila Real e Bragança; -----
- Circular n.º 1016 datada de 29/01/2014 do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bragança, a enviar Resolução relativa aos Cuidados de Saúde e Financiamento da Unidade Local de Saúde do Nordeste; -----
- Circular n.º 7 datada de 29/01/2014 da Associação Nacional de Municípios Portugueses, dando conta de Seminário: Delegação de Competências – Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, que se realizou em Coimbra, no dia 13 de Fevereiro; -----
- Ofício n.º 30 datado de 04/02/2014 da CPCJ de Torre de Moncorvo, a enviar Relatório de Atividades relativo ao ano de 2013; -----
- Ofício n.º 44 datado de 06/02/2014 da CPCJ de Torre de Moncorvo, a comunicar que a Comissária designada pela Assembleia Municipal Dª Beatriz da Luz Souza Fernandes faltou, consecutivamente, a quatro reuniões da modalidade alargada da referida Comissão; -----
- Ofício n.º 371 datado de 30/01/2014 da Câmara Municipal de Elvas, a enviar Moção em Defesa dos Doentes Oncológicos; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

- *Email* da Deputada Municipal Cristina Alexandra Pantaleão Trindade, a enviar documento comprovativo da sua alteração de morada; -----
- *Email* do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, dando conta que dirigiu uma pergunta ao Ministério das Finanças relativa ao “Encerramento de Repartições de Finanças no Distrito de Bragança”. -----

-----Neste ponto usou da palavra o **Deputado António Lopes** (PS) referindo: Eu amo a região onde eu nasci, obviamente para mim é doloroso ver isto. Também compreendo que do ponto de vista orçamental e financeiro se calhar não há outra solução, mas mesmo assim acho que esta Assembleia devia de alguma forma, não sei muito bem que tipo de documento se poderia elaborar no sentido de fazer ver que há situações especiais que o Governo também tem que ver, posso compreender do ponto de vista monetário que efetivamente estas situações têm que ser colocadas, mas há regiões e regiões e a nossa região tem especificidades que devem ser tidas em conta, e propunha aqui a elaboração de um documento que se fizesse chegar a quem de direito neste sentido com este sentir. -----

-----O senhor **Presidente da Mesa** disse: Senhor Deputado, não posso estar mais de acordo consigo. Saúdo a sua intervenção. Efetivamente os critérios financeiros têm que ser tidos em conta pelo Governo do País, mas há limites para tudo e quando se chega ao limite não se pode ir mais além. Concordo plenamente e estou aberto a qualquer resolução junta ou parcelar que queiram apresentar à Mesa da Assembleia Municipal. -----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município. -----

-----Aberto o período de inscrições, registaram-se as intervenções dos senhores: -----

-----**Deputado Luís Ricardo Ferreira** (PS): Informou a Assembleia Municipal da entrega à Mesa de uma moção subscrita pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, que passou a ler e se transcreve na íntegra: -----

MOÇÃO

Conselho Municipal de Juventude

-----Atualmente a democracia municipal demonstra um enorme défice relativo à participação cívica da comunidade geral e em especial dos jovens, como se verificou nas últimas eleições autárquicas, onde a taxa de abstenção foi de 33,93% (CNE), o que revela um desfasamento entre representantes e representados, neste sentido achamos imperativo que se disponibilizem órgãos que fomentem o activismo cívico e democrático. É primordial proporcionar aos jovens do concelho, assim como às associações juvenis e às juventudes partidárias, um espaço de debate que permita fiscalizar as políticas municipais de juventude. -----

-----Em democracia a participação cívica é fundamental para o aumento da confiança dos cidadãos nos órgãos municipais, por isso o Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) apresenta este projecto no sentido de implementar o Conselho Municipal de Juventude (CMJ). Mais do que um órgão fiscalizador e deliberativo, pretendemos que o CMJ seja um espaço de inovação e de empreendedorismo local. Com este Conselho Municipal, os jovens e respectivas associações podem apresentar os seus projectos e assim demonstrem o seu interesse pelo Concelho de Torre de Moncorvo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

-----A criação do Conselho Municipal de Juventude é essencial para o progresso do Concelho de Torre de Moncorvo, pois permitirá auscultar os jovens sobre as suas principais preocupações e constrangimentos relativamente às políticas municipais de juventude. -----

-----O debate entre associações juvenis (estatuto RNAJ), associações de estudantes do ensino secundário e juventudes partidárias irá permitir elevar o activismo democrático e fomentará o debate em tornos de assuntos que envolvem o quotidiano dos jovens. O nosso concelho possui jovens com qualificações académicas superiores e transversais a vários domínios do *know-how* científico e essa massa crítica deve ser aproveitada em espaços como o CMJ. -----

-----Neste sentido o GPPS propõe que seja implementado em Torre de Moncorvo o Conselho Municipal de Juventude. -----

-----Os proponentes. Seguem-se as assinaturas. -----

-----De imediato, o senhor Presidente da Mesa colocou a Moção à discussão da Assembleia Municipal. -----

-----Interveio o **Deputado António J. Salgado** (Coligação PSD/CDS): Esta Moção poderei concordar com ela como uma intenção de aprovação. Agora, falta saber em que modo é que isto vai ser criado e vai funcionar teoricamente em termos futuros. Intencionalmente ser criado muito bem, posteriormente terá que vir a discussão em termos de funcionamento, estatutos etc., não vamos agora pura e simplesmente criar já precisamente o Conselho Municipal de Juventude. --

-----O senhor **Presidente da Mesa** referiu: Senhor deputado, quer-me parecer que isto é uma Moção, portanto, será apenas uma intenção desta Assembleia e é isso que iremos votar, não a criação em si como é óbvio. -----

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto, o senhor Presidente da Mesa passou à votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por unanimidade, deliberou aprovar a Moção apresentada. -----

-----**Deputado Luís Dias** (Coligação PSD/CDS): Quem lavra as atas está a usar títulos académicos para duas pessoas nesta sala, e eu acho que por uma questão de igualdade ou se usava para toda a gente ou não se usava para ninguém, aliás, o título mais honroso que podemos ter é o de membro desta Assembleia Municipal. -----

-----**Deputado António Lopes** (PS): Queria saudar também esta intervenção porque de facto é de aplaudir e não tenho nada a objetar. -----

-----Eu queria era fazer uma outra intervenção que exitei se a devia fazer porque não é um assunto propriamente, digamos, que seja de interesse dos Moncorvenses ou de interesse do concelho, é de interesse geral, digamos assim, tem um pouco a ver com a minha noção de democracia e não sei até que ponto aqui caberá. Se o senhor Presidente me der autorização de dizer alguma coisa sobre isso, e vendo bem se calhar até poderá aliviar algumas tensões políticas que existem e que não deviam existir, no meu ponto de vista, e basicamente aquilo que eu penso sobre a democracia não se esgota obviamente na prática do voto e colocar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

cruzinha onde cada um pensa que será melhor para ele e será melhor para a sociedade, às vezes penso eu também que este conceito de democracia é tão lato que acaba muitas vezes por a forma como viemos ao mundo e a forma como nos vemos a nós próprios e vemos os outros, cabe perfeitamente dentro deste conceito de democracia. -----

-----Nesse sentido e tudo isto a propósito de um pequeno episódio que aconteceu aqui no final da última sessão, onde eu vou pôr “indignado”, digamos assim, numa altura em que se votou o desempate de uma situação, houve vários empates aqui e, depois, o senhor Presidente teve que utilizar o seu voto de qualidade e houve algum regozijo perante a decisão do senhor Presidente. -----

-----Não está aqui em causa a legitimidade da decisão tomada, não está aqui em causa a decisão do senhor Presidente que eu se estivesse no seu lugar faria exatamente o mesmo, não está aqui em causa as pessoas. O que está aqui em causa é o conceito, este conceito de democracia, porque se vamos discutir as coisas às vezes dentro daquele pequeno quadrado social onde nos é mais fácil de visualizar as coisas, estamos a fazer pequena política, não estamos a prestar um bom serviço à democracia, digamos assim. Penso que todos temos a obrigação de nos colocarmos num plano mais amplo, mais ético, no sentido de que com as nossas diferentes posições obviamente isso é que nos enriquece a todos, é isso que enriquece esta Assembleia, mas sempre num plano superior para sermos dignos representantes de quem nos elegeu. -----

-----**Deputado Luís Macedo** (Coligação PSD/CDS): Na ata da sessão ordinária realizada em 27 de Dezembro de 2013, na página 6, na intervenção proferida pelo senhor deputado Aires Ferreira, diz: E, finalmente, na página 8, na intervenção do senhor deputado Luís Macedo, o senhor deputado Luís Macedo teve textualmente esta frase – como era antes não interessa, agora mandamos nós. Pronto, nós Assembleia tudo bem. Depois, na página 9, consta: Deputado Luís Meneses (Coligação PSD/CDS). -----

-----Ora, relativamente aos nomes constantes da ata gostaria de fazer uma chamada de atenção aqui interessante, é que Luís Meneses (Coligação PSD/CDS), sou eu e identifico-me como tal; na página 6 já não – Luís Macedo – não me identifica como (Coligação PSD/CDS), o que eu deduzo que isto seja aqui pertinente discutir e pensar que este Luís Macedo seja ali o meu caro deputado presente nesta sala senhor Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira, do Partido Socialista. Obrigado. -----

-----**Deputada Beatriz Fernandes** (PS): Eu vejo aqui na relação da correspondência recebida a comunicação das faltas à Comissão Alargada da CPCJ da minha pessoa. Efetivamente eu tenho faltado, não estou aqui para justificar as faltas. Faço parte desta Comissão por designação da Assembleia Municipal entre outros elementos e fazia aqui uma sugestão para que houvesse uma atualização da composição desta Comissão uma vez que dela constam três elementos que não fazem parte da Assembleia Municipal atual. Era só isso. -----

-----**Presidente da Mesa:** Muito obrigado senhora deputada, eu já fiz a mesma questão e fui informado que será uma questão de funcionamento da própria CPCJ que estará à espera da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

reunião de atualização dos elementos. Não faz parte da competência desta Assembleia pronunciar-se sobre o assunto, suponho que estará em resolução, mas fica registado. -----

-----**Deputado Luís Dias** (Coligação PSD/CDS): Esta intervenção tem a ver com a minha primeira intervenção e com a última intervenção do meu colega do grupo parlamentar. Acho que devíamos todos indicar a quem lavra as atas qual o nome que gostaríamos de ser tratados para não haver estas confusões. -----

-----**Presidente da Mesa:** Relativamente a isso só tenho uma questão a dizer. Os títulos que as pessoas têm é um direito que lhes é conferido por Universidades deste País e o seu uso é um direito e, portanto, entendo que é pessoal e cada um deve decidir se deve ser tratado dessa forma ou não. Não nos compete a nós dizer que o senhor A, B ou C, deve ser tratado por doutor ou por engenheiro ou como quer que seja. A pessoa se tem o título tem o direito de o usar e cada um faz dele o que entender. -----

-----**Deputado António J. Salgado** (Coligação PSD/CDS): Por acaso no último mandato da Assembleia Municipal de que eu fiz parte tinha ficado decidido que não eram utilizados títulos. Aliás, se virem as atas não existiam. -----

-----**Presidente da Mesa:** Senhor deputado, eu continuo a manter a minha opinião, é um direito que assiste a cada um e cada um faz dele o que entender. -----

-----**Deputado António J. Salgado** (Coligação PSD/CDS): Eu falo pelo meu, como podem ver precisamente nas atas da Câmara nunca estava lá o dr. -----

-----Passou-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Presente a informação acerca da atividade municipal e financeira do Município, oportunamente enviada aos membros da Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.

-----Pelo **Senhor Presidente da Câmara** foi introduzido o assunto referindo: A apreciação aqui da atividade municipal é a que está plasmada no relatório que fizemos chegar aos senhores deputados, e o ponto da situação financeira também reflete aquilo que se passou ao longo destes três meses. Não há muito a adiantar e as questões que tenham para colocar nós responderemos a seguir. -----

-----Aberto o período de inscrições, registaram-se as intervenções dos senhores: -----

-----**Deputado Luís Ricardo Ferreira** (PS): Eu tenho aqui pelo menos quatro perguntas simples relativamente à informação escrita. Relativamente à decisão da CCDRN a dar razão à Câmara Municipal acerca do transporte escolar aos alunos do ensino obrigatório, gostava de saber qual foi a posição sobre a qual foi dada razão ao Executivo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

-----Gostava também de saber qual é a pretensão da Câmara Municipal relativamente à decisão favorável da ERCS, que presumo seja a entidade para a comunicação social. -----

-----Temos aqui também uma série de reuniões com o Governo que nos dá conta dos assuntos tratados, exceto com o Secretário de Estado da Juventude e Desporto, e gostava de saber então os assuntos que foram tratados aqui, e também se põem aqui as reuniões com o Governo também podiam pôr as reuniões com as diferentes Associações como por exemplo com a AJUM. Dado que também têm reunido com a AJUM, também podiam dar conta dessas reuniões na sua informação escrita. -----

-----Há aqui também a informação acerca de um acordo com a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa para a transformação do edifício do antigo “Asilo”, e gostava de saber o que se pretende com este acordo, porque também sabemos que o antigo “Asilo” é propriedade da Fundação Francisco Meireles, e para haver um acordo entre a Faculdade de Arquitetura e o Município, tem que haver a montante um acordo entre o Município e a Fundação. Gostava que nos pudesse esclarecer relativamente a esta circunstância do que é que isto se trata e para onde é que aponta esta transformação do edifício do antigo “Asilo”. Obrigado. -----

-----**Deputado António Lopes (PS):** Algumas questões que eu queria levantar acabaram por ser levantadas aqui pelo Ricardo. No entanto, depois de todas estas perguntas também me surgiu uma deste elencado que o senhor Presidente aqui nos apresenta e tem a ver com a reunião com o Ministro do Emprego, Solidariedade e Segurança Social. Eu devo dizer e confessar que efetivamente não vivo em Moncorvo e às vezes posso também estar aqui a fazer a análise não correcta de todos estes assuntos para o qual peço desde já desculpa. -----

-----A minha questão prende-se com o seguinte: já se falou aqui numa outra sessão que o balcão único teria várias valências e acho que era de facto uma mais-valia para o cidadão e isso há-de ser efetivamente implementado. Perante esta situação, pergunto qual o alcance de juntar estes dois serviços quando a Câmara Municipal a priori terá um balcão único onde o cidadão poderá eventualmente dirigir-se e resolver os assuntos de uma vez só em frente a um único funcionário. -----

-----**Deputado António Júlio Andrade (PS):** O senhor Presidente desculpe lá que lhe diga, mas eu não gosto muito de estar assim prisioneiro dos sítios. Eu não sei que mal vinha ao Mundo por me sentar ali atrás, mas paciência. -----

-----Senhor Presidente da Câmara, para si certamente não é novo o que vou dizer. Há oito anos eu estava sentado ali, o senhor estava sentado além, e aí estava sentado o senhor Eng.^o Aires Ferreira, a Eng.^a Piedade estava sentada ao meu lado e nessa altura até apresentei uma moção que orgulhosamente foi votada apenas por mim e pela minha colega Eng.^a Piedade, e vou repetir o discurso. -----

-----Penso que não deve haver cidadãos de primeira nem cidadãos de segunda, não deve haver freguesias de primeira, nem freguesias de segunda, pois passam-se fenómenos neste concelho que aparentemente levam-me a pensar exatamente o contrário. Chega-se ao extremo seguinte, reparem: o Carvalhal tinha uma falta tremenda de água, no verão a água não chegava era preciso andar apanhá-la sempre por camiões, às tantas a Junta de Freguesia do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

Larinho e a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, fizeram um acordo e a Junta de Freguesia do Larinho cedeu parte da água de Lamelas para abastecer o Carvalhal. Essa mesma água é paga à Junta de Freguesia do Felgar que arrecada o dinheiro, não à do Larinho que deu a água, não à Câmara. A Açoreira, o meu amigo José Carlos está aqui, recebe o dinheiro da água dos consumidores, mas quem paga à Águas de Portugal é a Câmara, não é senhor Presidente? No Felgar a mesma coisa. Em Carviçais a mesma coisa. Então estas aldeias são de primeira e as outras são de segunda? Bom, isto é um aspeto. -----

-----O segundo aspeto é que neste concelho o preço da água está exageradíssimo, pelo menos, em relação aos nossos parceiros aqui ao lado. E se há dívidas das águas tão apregoadas, comecem por pensar naquilo que eu acabei de dizer. Tenho aqui por acaso faturas de vários concelhos aqui de volta e chego à conclusão que nós estamos a pagar a água mais cara do que qualquer um deles, mas o pior não é o pagar a água cara, o problema é que eu penso que as tabelas da água foram fixadas em determinada altura em que havia falta de água e que era preciso minimizar o consumo para beneficiar a poupança de água porque era necessário. Hoje, felizmente não há nenhuma falta de água e, portanto, a tabela das águas neste concelho tal como está apenas vem prejudicar os consumidores e beneficiar de certo modo os ausentes absentistas ou coisa parecida e os sumitícos, mais nada. De maneira, que será importante rever as tabelas de água até porque prometeram na campanha eleitoral que baixavam o preço da água, porque eu considero fantástico gastar 11,00€ de água e depois ir pagar 29,00€, claro que a taxa de saneamento tem de ser. Portanto, eu proporia à Câmara que agendasse uma alteração das tabelas de água, proporia que uniformizasse em todas as aldeias a cobrança da água ser para a Câmara e não para as Juntas de Freguesia, porque eu penso que não deve haver juntas de primeira nem juntas de segunda, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal podia agendar um ponto na agenda para discutirmos exatamente isso. –

-----Depois, no Congresso do PSD houve um congressista que apresentou uma proposta para reduzir a escolaridade obrigatória para o 9.º ano, e quando o homem disse isso, meio Portugal caiu-lhe em cima, que era uma ideia salazarenta e não sei que mais, possivelmente também pensará assim o senhor Presidente. Pois meus amigos, eu penso que esse homem apenas era honesto, estava de certo modo a fazer uma coisa justa, a proposta dele é muito justa e sobretudo a proposta dele viria impedir potenciais crimes, eu chamo-lhe crimes mesmo, cometidos pelo Governo e pela Câmara de Moncorvo e outras. E crimes porquê? Senhor Presidente, um aluno que anda no 10.º ano e tem 15 anos é obrigado a frequentar a escolaridade obrigatória. Certamente há muitos, haveria, porque a maior parte hoje não utilizam esses critérios, mas é muito fácil que um aluno deixe de estudar por dificuldades económicas e não conclua a escolaridade obrigatória. Resultado? Esse aluno por esta Lei está a ser condenado para toda a vida, porque nunca mais pode tirar uma carta de condução, nunca mais pode concorrer a um emprego qualquer nem que seja a varrer as ruas, não pode tratar de idosos num Lar ou coisa parecida, está a ser condenado, e senhor Presidente desculpe lá, quando os vejo vangloriarem-se que a CCDRN dá razão à Câmara Municipal sobre o transporte escolar, eu realmente fico um bocadinho espantado até porque há tanto dinheiro a esbanjar-se nisto e naquilo, a escolaridade obrigatória em Torre de Moncorvo para 40 alunos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

que a isso tinham direito significariam menos de 12.000,00€. Aliás, por falar em juristas e em pareceres, eu quero saudar o Jurista da Câmara de Moncorvo, Dr. Nuno Saldanha, porque exatamente ele diz e cito: *na nossa modesta opinião uma verdadeira injustiça, pois, se por um lado se prolonga a escolaridade obrigatória até ao 12.º ano imputa-se aos encarregados de educação parte desses custos, o que não acontecia quando a escolaridade obrigatória ia até ao 9.º ano.* Bom, portanto, senhor Presidente, eu acho que isto deve ser pensado, deve ser alterado, no meu entender. -----

-----Ainda a respeito de transporte escolar devo dizer o seguinte: outro dia estava a conversar com uma senhora que tem um filho na escola de Moncorvo e que frequenta o 11.º ano ou o 12.º ano. Essa senhora tem andado (não sei se ainda anda) a frequentar um curso aqui em Moncorvo e, portanto, para ir e vir todos os dias tirou o passe por conta dela. Então não é que paga pela totalidade do passe mensal menos do que paga o filho pela percentagem dele que é metade do transporte escolar? Isto é a respeito da coordenação dos transportes escolares, não sei como é que isto pode acontecer mas é uma coordenação exemplar. Para já é tudo senhor Presidente. Desculpem se os aborreci. -----

-----**Presidente da Mesa:** Muito obrigado senhor deputado. Só uma pequena retificação, não foi no Congresso do PSD, foi no Congresso do CDS-PP, segundo julgo saber e permita-me discordar da questão, porque eu acho que não há melhor investimento que o investimento na educação, mas é uma opinião pessoal. -----

-----**Presidente da Câmara:** Muito obrigado aos senhores deputados que colocaram estas questões e vou passar então a fazer uma breve alocação às mesmas. -----

-----A decisão da CCDRN relativamente ao Município de Torre de Moncorvo vem também ao encontro daquilo que o senhor deputado António Júlio acabou de dizer. A Câmara de Moncorvo tinha este problema, deparou com algumas situações e o senhor António Júlio Andrade sabe porque um dos requerentes é do Larinho e a situação era esta, o Estado transfere uma verba para o transporte escolar obrigatório para o Município e a meio do jogo diz assim: agora o ensino obrigatório não é até ao 9.º ano mas até ao 12.º ano; e o Município de Torre de Moncorvo, sim senhora, apoiamos a medida que seja até ao 12.º ano, mas no caso do transporte escolar temos que rever também a fixação do montante; e o Estado disse assim: não, isso não está regulado na Lei. Perante isto, a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, não poderia como é óbvio aceitar tal decisão. Então dizem-nos que o ensino obrigatório passa até ao 12.º ano, temos um acordo com o Ministério da Educação até ao 9.º ano e, depois, não querem negociar a restante verba? E obviamente o Município de Torre de Moncorvo tinha que fazer uma coisa que era junto da CCDRN dizer, meus amigos vocês têm que nos dizer o que querem fazer, ou o Estado nos diz até onde vai o apoio financeiro e nós sabemos com o que vamos contar e estamos a falar de verbas que rondam os 30.000,00€ / mensais já com os que temos, sem contar com os do 12.º ano, ou então vamos começar as negociações para o próximo ano lectivo, não é a meio do jogo que isto se faz. A CCDRN acabou por dar razão ao Município de Torre de Moncorvo, portanto, esta decisão até é contra o Estado Português, é uma decisão de apoio à Câmara Municipal, porque ninguém gosta de entrar com as regras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

definidas e depois a meio do jogo serem mudadas. E foi só isso que a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo e foi pioneira nisso, mas já outras Câmaras agora estão a tentar saber como é que podem também ter essa justificação, porque no sistema que temos agora dos transportes escolares é um grande peso para a Câmara, e ainda por cima vivemos neste conceito que é tentarmos de alguma forma que os transportes escolares cheguem a todas as freguesias sem perdermos o transporte público, e muitas vezes a negociação com a transportadora que agora é única, e já agora permitam-me dizer que a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo iniciou contactos com outras transportadoras que queiram vir prestar serviço no concelho, porque só assim com concorrência é que se consegue ter negociações, senão são imposições, e nós chegamos ao cúmulo que não é de agora e eu recordo também ao senhor deputado uma vez que já estive nas várias bancadas sabe disto, e sabe que o que nos impunham era isto – meus amigos ou nos pagam X por quilómetro para o transporte escolar ou nós deixamos de ir a determinadas freguesias – e tivemos o problema concreto da Lousa. A Lousa virou-se para Carrazeda de Ansiães porquê? Porque a empresa que tem o monopólio do transporte quase que obrigou a Câmara a não ter um transporte público. E quantas vezes aqui foi discutido perante todos que a Câmara pagava o transporte escolar e os alunos vinham de pé porque a empresa vendia bilhetes a quem queria vir para a sede do concelho? Quantas vezes a Câmara Municipal e até a Assembleia Municipal, fez referência à Guarda Nacional Republicana para estar atenta a estas situações? Agora, estas são as situações que decorrem do dia-a-dia, são as situações das imposições, e é isso que a Câmara não quer, e a forma de despoletar a situação é trazer a empresa a negociar connosco. Esta é uma parte da situação, a outra parte foi a empresa beneficiar disso mesmo e dizer – não, não, agora é até ao 12.º ano, portanto, já não é isto que estava protocolado já é mais – e isto é que não pode acontecer. -----

-----Eu acho que qualquer um que esteja a gerir seja uma instituição pública seja uma instituição privada, tem que olhar também para aquilo que acordou e que desde logo orçamentou, porque só assim é que temos rigor. Portanto, o que a CCDRN veio dizer é que o Município de Torre de Moncorvo tinha razão, o Estado tinha que se sentar e negociar também a participação ou então faziam uma Lei que dissesse é até ao 12.º ano o ensino obrigatório e os meios a transferir são estes. Agora, não podem dizer que é até ao 12.º ano, mas não há Lei a partir do 9.º ano para a frente. Isto é que eu acho que é incorreto e foi isso que a Câmara de Moncorvo, independentemente de o poder central ter a mesma cor do Executivo, não quer dizer que estejamos sempre de acordo. Aliás, o Município de Torre de Moncorvo dá tolerância de ponto no dia do Carnaval e o Estado não dá. Mas a tolerância de ponto que o Executivo assumiu dar não foi porque havia tradição de Moncorvo, mas foi porque era uma forma de compensação da retirada consecutiva de direitos adquiridos aos trabalhadores e, portanto, isto também não é a mesma coisa, isto é termos a noção que são importantes os números, que são importantes as referências ao défice e tudo mais, mas mais importante são as pessoas e não a descida ou a subida das tarifas da água. -----

-----Quanto à Entidade Reguladora da Comunicação Social. Ao Município de Torre de Moncorvo era-lhe debitado uma quantia que rondava os 1.100,00€ por uma publicação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

obrigatória no chamado boletim das autarquias que deixou de ser publicada desde 2009. Deixou de ser publicada e estamos a falar de 1.100,00€ por ano, mas de 2009 até hoje já é dinheiro, e quando isso apareceu na minha secretária decidi fazer uma reclamação à Entidade Reguladora da Comunicação Social porque isto não pode ser. Chegou agora a decisão a dizer que efetivamente, por lapso, já desde 2009 que não havia publicação onde Torre de Moncorvo estava inserido, mas havia o pagamento. Claro que depois (este é o segundo passo) a ERCS veio dizer, mas não há possibilidade do dinheiro ser reenviado para a Câmara uma vez que já foi gasto. Que já foi gasto já nós sabíamos, o que nós não queríamos era continuar *ad aeternum* a pagar uma coisa que não existe e que o Estado sabe ou pelo menos tinha a obrigação de saber que não existia, e é uma situação que vem desde 2009, ou seja, estivemos quatro anos a pagar (estamos a falar de um valor que não chega a 5.000,00€), mas é uma situação que não tem lógica a Câmara estar a pagar uma coisa que não usufruiu. É também mais uma vez uma decisão favorável ao Município de Torre de Moncorvo. -----

-----Reunião com o Secretário de Estado da Juventude e Desporto. Como sabem Moncorvo aposta no desporto jovem e temos algumas infraestruturas que precisam de ser melhoradas e outras que precisam de ser candidatas. Esse foi o interesse de reunir com ele e também fazer-lhe um convite para ser o Senhor Secretário de Estado da Juventude e Desporto a vir entregar os prémios do 25 de Abril. Uma vez que são os jogos concelhios, todas as freguesias de uma forma ou de outra estão imbuídas desse espírito e participam, e temos uma coisa única é que não é só o futebol, temos a malha, temos a raiola, temos jogos tradicionais, temos o concelho todo envolvido, e eu entendo que tem lógica aí ter um governante a dar visibilidade também a isso, fomos fazer-lhe esse convite e também para lhe mostrarmos algumas das infraestruturas que nós temos, nomeadamente e complementarmente Torre de Moncorvo entrou numa coisa a que chamam as ITI que é o suporte das infraestruturas de alto valor acrescentado. E qual é o interesse disto? Torre de Moncorvo propôs à Comunidade do Douro, antes destas situações que agora estão a dar nas televisões, uma coisa que é – Município de Torre de Moncorvo o Município ECO XXI – amianto zero – e foi nessa parte também que com o Senhor Secretário de Estado da Juventude e Desporto lhe quisemos demonstrar uma coisa, nomeadamente o telhado do Pátio das Associações que todo ele é em amianto, toda a parte da parte escolar a desportiva e não só, a parte que faz a ligação entre uns pavilhões e os outros, também é em amianto. -----

-----Torre de Moncorvo conseguiu uma coisa que aproveitou para informar aqueles que ainda não sabem, é que o Centro de Equitação da GNR em colaboração com a Câmara, foi já assumido pela Federação Portuguesa de Hipismo como sendo um dos Centros recomendados, e isso levou-nos a fazer também um protocolo de colaboração com a Guarda Nacional Republicana, e um dos assuntos é esse mesmo é que também o telhado é em amianto, e a Federação Portuguesa de Hipismo recomendou que para Torre de Moncorvo, uma vez que no Norte não existe isso que fosse mais vocacionado para crianças em idade escolar e, portanto, mais uma situação em que o Senhor Secretário de Estado da Juventude e Desporto tem que vir ver o que temos ali, porque não vamos nós iniciar umas obras quando depois o Governo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

enquanto as televisões estiverem a dar provavelmente vai dizer que temos que tirar tudo, mas depois não há verbas para tirar e depois a Câmara é que fica com o menino nos braços. -----

-----Obviamente que a Câmara também fez uma série de contactos, nomeadamente com a AJUM, mas a AJUM é tão importante como as outras em questão de ultimar pormenores. Aliás, já que fala na AJUM ainda ontem e estou também a ver aqui elementos que pertencem à AJUM, eu próprio sou sócio da AJUM, recebi um pedido de reunião para o dia 7 de Março. Isto para dizer que estamos atentos, e a AJUM já participou também em alguns eventos com a Câmara e a Câmara com a AJUM. Agora, as conclusões quando as houver é que as traremos cá obviamente. Eu percebo o conceito da AJUM e percebo o porquê de não estar numas coisas e estar noutras. -----

-----Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Como sabem, há um acordo não é de agora, já há um acordo há uma série de anos com a Fundação Francisco António Meireles, e nesse acordo previa-se uma série de coisas, nomeadamente agora neste novo acordo a recuperação do antigo "Asilo" que é uma peça arquitetónica que temos ali do maior valor, e que a Fundação só por si não tem capacidade para reestruturar aquele edifício, a Câmara também só por ela não tem capacidade, e então decidimos fazer uma coisa que é uma cooperação com a Faculdade de Arquitetura que já está mais ou menos pronta para ser assinada e que terá três vertentes: primeira, a Câmara, a Faculdade de Arquitetura e a Fundação, são os três outorgantes; segunda, a valência daquele edifício passar para um conceito universitário, e nessa parte o que se conseguiu foi em termos de mestrado conseguir que os alunos de 4.º e 5.º ano de arquitetura venham para aqui fazer uma semana de mestrado; depois disso, sairão projetos a desenvolver junto da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa para um semestre ser dedicado à recuperação multidisciplinar deste edifício. E porquê? Porque vamos ter várias coisas, nomeadamente implementação, materiais usados, história de arte que também vai ser importante, e depois todo o projeto de planificação desde o mais simples corte ao mais avançado perfil que eles possam fazer. A ideia é tornar um projeto mais barato, tornar o projeto numa forma de ser estudado na Faculdade por peritos, e conseguir que o edifício de Torre de Moncorvo seja o ponto central de um semestre de uma cadeira na Faculdade de Arquitetura. -----

-----Depois, a transformação. A transformação surgiu a ideia de podermos fazer um hotel de charme para Torre de Moncorvo no sopé do Reboredo, e depois porque o próximo quadro comunitário que aí vem é muito específico naquilo que queremos e naquilo a que nos podemos candidatar. A época do betão acabou, portanto, temos que ter ideias e conceitos mais para o imaterial e também para a regeneração urbana, e então uma das ideias que surgiu seria um hotel de charme sim, mas virado para as pessoas de mais idade, e conseguir também vender este produto que provavelmente não vai ser barato, mas conseguir vender no estrangeiro. Essa é a ideia de um hotel de charme para pessoas com capitais obviamente, mas que tenham preferência em estar num ambiente que usufruam de ar puro e essas coisas. E vocês perguntam-me assim, isso é uma ideia, tudo bem, e que é que passa por isso. Bem, passa por isto, o próprio conceito de como é que podemos concorrer que um dos responsáveis da CCDRN disse assim, isto tem tudo para dar certo, tem é que embrulhar isto neste embrulho e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

este tem que ser o nome que tem que ser dado. Portanto, quando eu pus transformação é porque não gosto também do nome de hotel de charme, parece-me pedante, parece-me fora do conceito do que queremos, passar o "Asilo" para hotel de charme, portanto, essa é a parte que se está a estudar, mas o conceito final será efetivamente virado para a 3.ª idade. Essa será a vertente. -----

-----Senhor deputado António Lopes, permita-me dizer-lhe uma coisa. O balcão único que nós falámos aqui é o balcão único dos serviços municipais, não tem a ver com o balcão único que o Governo tem em mente, já o anterior tinha e este também tem que é concentrar as Finanças, a Segurança Social. Não é isso. -----

-----Nós temos aqui um problema que é um problema muito grave no concelho de Torre de Moncorvo. A Segurança Social e tenho a dizer que tem sido dos dossiers a que me tenho dedicado mais e que mais trabalho me tem dado em termos de reuniões e de tentar de alguma forma resolver esta situação, é que a Segurança Social tem dois funcionários em Torre de Moncorvo, um administrativo e um técnico superior, e o administrativo não pode adoecer, o administrativo não pode tirar férias, o administrativo não pode fazer nada, tem que ser uma máquina que está ali para os serviços estarem abertos, porque se a senhora adoecer ou se a senhora goza os direitos que tem que é as férias, os serviços estão fechados. -----

-----Eu e a Vereadora Piedade reunimos com o Senhor Ministro e também com o Diretor Regional e o que nós lhes propusemos foi isto, foi saber se dentro da própria mobilidade e do próprio Ministério haveria um excedente no Instituto de Emprego e passar um administrativo para a Segurança Social, por forma para que estivesse sempre garantida que a Segurança Social estava sempre aberta. Bem, tenho-lhes a dizer que a reunião foi em Outubro com o senhor Diretor (logo no início do mandato) e só na semana passada e por telefone (ainda não tenho nada escrito) é que me foi dito que a mobilidade não estava prevista para o caso de Moncorvo. Muito bem, e não está previsto nós sabemos como é que é, de fecho em fecho até ao fecho final é um passo. Então propus outra coisa já diretamente ao Senhor Ministro que foi isto, não há mobilidade mas vamos concentrar os dois serviços e podemos fazer o seguinte, a Câmara até suporta isso, tiramos o Centro de Emprego porque é a Câmara que está a pagar a renda quando tem edifícios onde podem estar, nomeadamente onde esteve sempre, não sei porque é que saiu dali, saiu dali quando estava a pagar zero, a Câmara agora está a pagar a um privado 600,00€ / mês e o Ministério do Emprego paga 400,00€, ou seja, a renda é de 1.000,00€, não percebo porque é que saiu, por um passe de magia sai do centro e passa para uma ponta de Moncorvo, e depois pior, é que por falta de planeamento ou de obras por realizar no edifício onde agora estão uma parte do acordo é fazer as obras de saneamento desse edifício todo, obras de saneamento que são uns milhares de euros para a Câmara. Não sei que política era esta sinceramente, sei que para a Câmara se traduz em gastos nos seus cofres, isso tenho a certeza e, portanto, o que estamos a fazer é meus senhores, temos o antigo edifício onde estava o Instituto de Emprego, tem condições para estarem lá, ainda fazemos o seguinte, retiramos o ónus ao Estado que está a pagar uma renda de 250,00€ pelo edifício onde estão e colocamos tudo no mesmo sítio. Contrapartida, um administrativo do Centro de Emprego tem que fazer a parte administrativa da Segurança Social, e com isto temos isto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

resolvido, a Segurança Social não tem que estar fechada, a Câmara não tem que estar a pagar 600,00€ e com uma coisa ainda, é que podemos pedir uma renda daquelas instalações e ainda entra dinheiro para a Câmara. Como é que vamos resolver o problema depois da segunda parte do acordo que são as infraestruturas necessárias ao edifício onde está agora instalado o Centro de Emprego, isso aí é que ainda não sei, mas, pronto, é para vocês também terem uma panorâmica geral e para perceberem o conceito da mudança de serviços e a instalação dos mesmos. E essa então é a concentração dos dois serviços que pretendemos, não tem nada a ver com o balcão único. -----

-----Aliás, já agora como podem saber Torre de Moncorvo em termos de serviços manteve o Tribunal e além de manter o Tribunal manteve uma coisa que foi Alfândega da Fé que já estava adstrita a Vila Flor voltou para Moncorvo, e isso é importante. Não está previsto também para já o encerramento de nenhum serviço, mas se estiver e quando, recorro a uma coisa para aqueles que andavam aí de bandeirinha a ficar contentes por serem alguns serviços fechados em Torre de Moncorvo, que eu serei contra qualquer encerramento de serviços em Torre de Moncorvo independentemente do Governo que esteja lá. Mas também critico aqueles que em plena campanha eleitoral seja para o executivo camarário ou para o governamental que utilizem projetos, e o que aconteceu aqui foi uma coisa medonha, foi utilizar um projeto do Governo Sócrates dizendo que era um projeto deste Governo durante a campanha eleitoral das autárquicas, porque aquele número de Repartições de Finanças que estavam para ser fechadas era um projeto do Eng.º Sócrates. Agora, o que todos nós devemos aqui pensar é dizer assim, se for para fechar serviços em Torre de Moncorvo ou para fechar no Interior, temos que estar contra independentemente de quem estiver lá, porque eles em Lisboa não querem saber se nós aqui somos do PSD ou se somos do PS, olham para nós como números e isso é que nós não podemos deixar, mas de uma vez por todas e não é o grupo parlamentar do PSD/CDS ou o grupo parlamentar do PS, vamos dizer é assim – Torre de Moncorvo está contra o fecho destes serviços. -----

-----E quando me dizem como eu vi a Senhora Ministra dizer que os Tribunais agora estão a funcionar melhor, isto só quem não foi a um Tribunal, porque levar pessoas de Freixo de Espada à Cinta até Bragança para um julgamento do Tribunal do Trabalho, onde as pessoas não podem ser ouvidas por videoconferência e tem que estar pessoalmente lá, e temos julgamentos com 30, 40 e 50 pessoas, vejam o transtorno que isto dá, isto é fazer as coisas pelo telhado, mais valia dizerem assim, nós temos um bom sistema de videoconferência e vocês até em casa ou como fazem nos Estados Unidos até nos escritórios podem fazer e os julgamentos dão-se. Mas não temos. Agora, o que eu apelo a todos é que não vamos criar aqui uma fricção entre nós quando, se nos tirarem aqui alguma coisa é o concelho todo que sofre, não são uns nem outros, e isso é que é importante que nós digamos isto, meus amigos estamos contra isso. -----

-----A concentração era isto, mas eu posso ir mais além. Quem vive em Torre de Moncorvo passa além no jardim e vê agora que o jardim foi todo de alguma forma limpo, podado, e está mais airoso. Mas se estiver em frente ao jardim olha para o lado esquerdo e vê uma casa cheia de silvas, com graves problemas quer em termos de ratos que por ali passam, cobras e até a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

própria vegetação que agora quando entrar o tempo quente vai ser um problema, e nós temos notificado sempre a Segurança Social e o IEFP neste caso até mais para resolver aquele problema, aquele problema não se pode manter ali, estava em perigo de derrocada tiraram o andar de cima meteram-lhe umas chapas, eu estou a falar da antiga Pensão Marrana, temos que resolver. Agora, passa para o Município? O Município faz as obras? O IEFP faz as obras? Porque vejam isto, a Câmara suportou muitos gastos com aquilo, comprou um terreno, fez permuta desse terreno, indemnizou as pessoas que tinham ali o seu ganha-pão e as lojas, indemnizou-as e fizemos com que se fechassem ali dois ou três locais onde havia três ou quatro postos de trabalho, com a promessa que ali iria ser feito o Centro de Formação Profissional e, portanto, tem que se resolver aquilo de uma forma ou de outra, e nós propusemos várias hipóteses, em vez de terem aquele jardim todo, fazemos uma permuta com a Câmara ou uma doação à Câmara e a Câmara trata do jardim deles e fazemos ali um muro e fechamos junto às escadas e ficamos com mais um espaço de jardim, ou então eles têm de chegar a um acordo connosco para fazermos ali alguma coisa. Como está é que não é possível e eu sou o primeiro e os Vereadores sabem disso, nomeadamente os da oposição, por mim intentávamos uma ação normalíssima contra o Estado para o obrigar a fazer obras ou para o obrigar, pelo menos, a limpar aquilo se não chegarmos a acordo. Eu penso que vamos chegar a um acordo e penso que vai ser desbloqueado. Agora, também para terem uma ideia, em todos os Centros de Emprego só Vila Real é que está contemplado para ter obras. Eu na brincadeira e não levem isto a mal, até disse assim, vocês são mesmo ao contrário do que nós pensamos, trinta anos o PSD no poder e perdeu para o PS vão fazer obras, e em Moncorvo que é exatamente ao contrário não nos fazem. Isto é só para vocês verem como estamos todos em pé de igualdade no que respeita àqueles senhores. -----

-----Quanto ao preço da água pois nós sabemos que o preço não é o melhor obviamente. Eu quando estou com o meu colega de Penedono sentado num café a beber um café, eu até tenho vergonha de beber o café com ele, eu viro-me para o lado porque aquele café custa mais do que 3 m³ de água em Penedono que é a sete cêntimos. Não pagam a fatura nem querem entrar na verticalização. -----

-----Nós aqui não temos juntas de primeira nem de segunda, temos um problema que já devia ter sido resolvido de uma forma que era as pessoas conseguirem chegar a um entendimento por mútuo acordo e não a um entendimento por imposição. Chegamos a 2014, a ERSAR obriga a estabelecer um preço e a Águas de Trás-os-Montes e a Águas de Portugal, dizem isto muito simplesmente, quem tem a responsabilidade das entidades gestoras é a Câmara e acabou. E depois dizem outra coisa mais engraçada que é esta, meus amigos nós temos um plano para o Norte todo em que 10 m³ de água e resíduos incluídos tem que ser 26,98€, e nós olhamos e só Vila Real é que está a pagar a água (sem resíduos) a 26,98€ os 10 m³. Bom, mas eu tenho quatro entidades gestoras e digo para os meus colegas que fazem parte comigo do Executivo, se há uma coisa que a mim me custa muito é passar qualquer bem que seja essencial aos privados, porque depois de os passar nunca sei o que é que eles vão fazer. Mas tivemos 20 anos para resolver isto e deixámos andar. Agora, chegamos a este ponto, integram a verticalização ou não integram a verticalização das águas? E nós podemos dizer que não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

integramos. A ERSAR vem cá e diz assim, vamos lá ver quais são os custos: pessoal afecto às águas X; meios Y; rede em que condições estão, tal. Então é imposto X por m³ e nós temos que pagar ou então entramos na verticalização das águas e dizem-nos assim, meus amigos nós estamos a tentar aqui fazer um acordo, do estudo que fizemos para 29 Municípios os 10 m³ ficam a 26,98€ + resíduos incluídos, vamos ver se conseguimos harmonizar isto, e só à laia disto até houve quem dissesse e bem no meu entendimento de dizer assim, então porque é que nós pagamos mais que o Porto e Lisboa e em termos de electricidade pagamos todos o mesmo. Se é para passar para um privado então vamos harmonizar o País. E Porto e Lisboa disseram assim, não, não, que a Lei está feita para os Municípios de elevada densidade e para os Municípios de baixa densidade, nós somos um Município de baixa densidade pagamos mais do que os de alta densidade. Então que propostas temos, ou entramos neste projeto de verticalização, eu vou fazer reuniões mas não vou impor obviamente e chegar ao Felgar e dizer que isto agora é da Câmara, acabou, ou dizer isto no Souto ou Carviçais. Este é o nosso problema porque há quatro entidades gestoras nisto, Moncorvo, Felgar e Souto (agora só numa), Açoreira e Carviçais. Com Carviçais temos um acordo como vocês sabem que foi feito no mandato anterior, os Presidentes de Junta estão aqui, nós temos que nos sentar obrigatoriamente, mas para isso estão a decorrer reuniões mensais para sabermos uma coisa, porque no que nos foi proposto esqueciam-se duma coisa, quanto é que vale o investimento que a Câmara de Moncorvo fez nas Barragens? Quanto é que vale todo o nosso abastecimento? Quanto é que valem as nossas mães de água? Quanto é que valem os nossos furos? E já agora para verem mais ou menos (é a Vereadora Piedade que está com esse dossier) a nossa proposta até é uma coisa que me parece que as Juntas de Freguesia irão gostar que é tudo que for furo, captações, pertencem sempre à freguesia, ou seja, nenhuma entidade privada poderá ter acesso àquilo que é da freguesia, que é natural, porque nasceu ali. Claro que a Águas de Portugal não querem isso, mas a Águas de Portugal tem também para nós uma coisa muito simples. Como sabem nós neste momento não devemos nada à Águas de Portugal, não devemos não é bem assim, temos três facturas no valor de 85.000,00€ que nos recusamos a pagar, e recusamos a pagar para eles verem que nós também estamos atentos, os meses em que há uma grande pluviosidade o nosso caudal que entra na ETAR triplica. Mas alguém acredita que em vez dos 10 m³ por exemplo ou dos 100 m³ que entram 300 m³ que é água tratada? Claro que não é, entra e sai. Só que o que eles dizem é assim, não, nós temos aqui como entrou, vocês à saída é que deviam ter um contador para saber o que é que eram águas pluviais e o que são águas residuais. Eles têm alguma razão nisto. Em contrapartida o que é que acontece? Quantos há que têm furos e que não estão legalizados, por exemplo ainda esta semana fomos notificados a dizer que numa freguesia se está a consumir abaixo do acordado e para termos em atenção, porque provavelmente poderá haver desvios de água ou utilização de poços que não estão legalizados. E posso dizer-vos que é um montante absurdo e incomportável para a Câmara se a Águas de Trás-os-Montes for a cumprir o acordo como está, porque nós não podemos utilizar nada, nem nenhum dos senhores, nem as freguesias, que não seja declarado à Águas de Trás-os-Montes para ser faturado. Portanto, a situação neste momento está aí, está a decorrer um processo. Mogadouro que é quem tem o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

tarifário das águas mais baixas, não pretende entrar na verticalização, mas como assinou um acordo também não consegue sair, não lhe permitem que saia porque assinou um acordo, mas uma coisa curiosa é que eles nunca satisfizeram a parte do capital social, ou seja, não deveriam ser até devia ser a própria Águas de Trás-os-Montes a expulsá-los, ao não satisfazer o capital social não podem ser considerados como sócios, mas a Águas de Portugal não querem saber disso, isso é uma questão que vamos resolver civilmente, o que está aqui protocolado é que vocês entram. Tenho a dizer-vos que aqueles que mostraram uma predisposição para entrar foi Torre de Moncorvo, Foz Côa, Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Freixo de Espada à Cinta, ou seja, os Municípios mais endividados tirando Foz Côa, mas também por uma razão, é que se não entramos na verticalização a Águas de Portugal sai deste processo, entra a ERSAR em termos de qualidade, e o Município não tem forma de conseguir fazer a requalificação de todo o sistema que chega às nossas casas. Vou dar-vos um exemplo, Carviçais 675.000,00€ previstos só para a canalização, porque Carviçais tem um problema grave, para além de ter ainda alguma canalização feita há 30 anos e bem com o que era utilizado naquela altura hoje é proibido por Lei, mas temos outras situações que são ruturas consecutivas e o Município não tem possibilidade hoje e com o decorrer do tempo daqui a 10 anos vai ser pior, para fazer esta revitalização das redes, por isso é que este processo de negociação estamos a fazê-lo juntamente com os Municípios. -----

-----Agora, dois cenários: Entrada na verticalização, há uma Comissão em que essa Comissão tem dois presidentes de Câmara, dois membros nomeados pelo poder central e uma figura que provavelmente será um professor catedrático da área do Ambiente que será o presidente dessa Comissão. Só eles é que em paridade Estado e Municípios podem aumentar ou reduzir os tarifários. -----

-----Não entrada no sistema de verticalização ficamos sob a alçada da ERSAR e a ERSAR não tem ninguém dos Municípios, eles próprios fazem uma lei num gabinete que nós sabemos e dizem-nos é X e temos que cumprir. -----

-----Agora, o principal problema para Moncorvo não é ter juntas de primeira ou de segunda. Aliás, para mim todas são de primeira, é a capacidade de fazer com que as atuais entidades gestoras venham ao encontro da Câmara para serem integradas no sistema. Esse é que é o problema. -----

-----Agora, o que levantou da Fonte de Lamelas é uma injustiça? É, posto assim é uma injustiça. Mas depois o senhor presidente do Felgar já vai explicar o porquê de ser de outra forma, porque isso já foi discutido anteriormente e o anterior presidente da freguesia do Larinho era recorrente com esse sistema, nós é que pomos lá a água no Carvalhal, não é o Felgar, e se somos nós porque é que são eles que cobram, mas cada um aí tem a sua opinião. A entidade gestora se fosse só a Câmara não havia problemas. Agora, é esse trabalho que temos que fazer junto das juntas de freguesia, explicar às populações muito bem o que é que queremos, e obrigar a Águas de Portugal, isto é o mais importante, que os furos e a água que é própria da freguesia fiquem sempre na propriedade da freguesia. Essa é também uma das condições do Município para entrar na negociação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

-----Agora, como diz o presidente da Câmara de Moimenta, eu entrar não quero entrar, mas se calhar vou ser obrigado a entrar porque não tenho meios para estar fora. Agora, se as Câmaras fossem unidas dizíamos assim, não queremos nenhuma entidade privada a estar cá e fazemos nós Câmaras uma entidade gestora. Quando propusemos isso, Porto e Lisboa disseram logo assim, nós não queremos entrar. Porto e Lisboa foram os primeiros a sair porque não lhes interessa, pagam a água muito mais barata, mas nós temos barragens, nós temos os recursos hídricos, temos tudo e por causa da lei como está feita não conseguimos sair deste nó górdio que agora nos montaram, porque em 2014 temos que resolver, ou entramos e temos o apoio da Águas de Portugal ou saímos e estamos sob a alçada da ERSAR que é pior na minha perspectiva. -----

-----Mas, nós quando finalizarmos toda esta negociação vamos trazer aqui tudo detalhado, porque também tenho que dar aqui um louvor aos serviços que nestas duas últimas semanas têm estado a percorrer tudo desde fossas a pontos de água para ser orçamentado e contabilizado, porque reparem só isto como é que o Estado também nos trata, as ETARs muitas delas feitas pelo próprio Estado, eles no relatório puseram tudo em boas condições. Ora, se eu for à Cardanha por exemplo, nós já vimos a situação como é que aquilo funcionava às vezes, na própria Lousa quando entope, mas o que é que eles puseram, em bom estado de funcionamento. E depois, numa cláusulasinha de nota de roda pé dizia assim, se alguma das declarações prestadas não for correta e no próprio terreno se verificar que não é correta, a prestadora das informações, neste caso a Câmara Municipal, é obrigada a indemnizar a Águas de Portugal em X. Só para verem isto. Essa cláusula já saiu porque quem fez a primeira vistoria foi a Águas de Portugal e disseram que estava tudo bem e nós salientámos que algumas estavam mal. Portanto, isso é uma negociação que está para ser feita, neste momento com os dados que temos se nós entrássemos na verticalização, estou a dizer água em alta que é o que estamos, a aderir à baixa e aos resíduos se for assim como estão os pressupostos sairia mais barato para todos, ligeiramente, mas sairia mais barato. -----

-----Agora, eu compreendo que alguns também não queiram entrar, e já agora outra precisão, é que quando foi feito este aumento das tarifas não foi quando havia problema de água. Esta atualização foi feita no mandato passado. O princípio não foi quando foi a falta de água, o princípio básico foi que nós temos um défice com a Águas de Portugal de 400.000,00€ / ano e, portanto, quando me dizem assim, você entregou 1.400.000,00€ das rendas, entreguei, já tinha 1.469.000,00€ de défice e estava com 400.000,00€ sempre de défice anual, quando chegasse ao ano de 2031, 1.400.000,00€ que tinha a receber eram migalhas. Assim estamos limpos com a Águas de Portugal, não temos nada em dívida, fizemos foi uma coisa e esta é que é importante, posso dizer-vos que o que nós cobramos em termos de água dá para pagar a mensalidade à Águas de Trás-os-Montes. Este mês pagámos 74.000,00€ que foi o que foi cobrado à Câmara e conseguimos 74.000,00€, e isto foi muito simples. O gabinete do Vice-presidente juntamente com a informática, tudo que é pagamento de água tem uma conta própria para a água, não é para muros, não é para flores, não é para jantares, não é para o cineteatro, é para a água. Com isso conseguimos uma eficiência, o que se recebe é o que se paga. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

-----Agora, não podemos mexer para já neste processo de negociação no preço das tarifas de água, mas admito que o que o senhor António Júlio Andrade disse, retirando as juntas de primeira e de segunda que essas não aceito, no resto tenha alguma razão nisso. -----

-----Quanto ao transporte escolar já falámos, mas eu pensei sinceramente que o senhor António Júlio Andrade perguntasse uma coisa muito simples. Como sabem, agora os miúdos têm que ser acompanhados por vigilantes e eu tenho situações quando entrei para aqui que vi aqui alguns vigilantes até iam para casa, aproveitavam iam para casa, viviam nos sítios para onde a vigilância lhes tinha sido dada. Bem, posso dizer-vos que a Câmara paga cerca de 525,00€ mensais por seis acompanhantes, e é uma obrigação que foi assumida por nós. Agora, há situações a rever? Há. Iniciámos conversações com outras empresas? Iniciámos, porque os tempos de crise também têm isto, se há 10 anos atrás pedíssemos a uma empresa para vir cá renegociar connosco quem não tem aqui meios diziam logo que não. Pois posso dizer-vos que já temos duas empresas interessadas a vir para cá só para o transporte escolar e uma delas a fazer uma previsão de transportes públicos também. Os tempos de crise é isto, permitem-nos também ter outras hipóteses de negociação e, portanto, eu acompanho o que diz o senhor Presidente da Mesa da Assembleia quando diz, o nosso futuro passa por melhores condições e quanto mais condições dermos na educação. Acabou aquele tempo em que se podia sair com a 4.ª classe. Eu percebo quando diz, se me dissesse isto ao contrário, se dissesse assim, um miúdo que quer trabalhar, tem hipóteses de trabalhar e que ele não quer ir à escola, não dá para ir para a escola e que aos 16 anos quer trabalhar e até tem um emprego, tudo bem, que as ocupações livres até lhe permitem isso, eu próprio andei aí na altura quando foram as OTL com uma carreta ao paralelo, pronto, foram as ocupações dos tempos livres, era isso que tínhamos na altura, só que hoje em dia se alguém souber disso os pais têm uma carga de trabalhos logo, e depois, as pessoas também não aceitam isto porque socialmente não está correto. Agora, a educação é o nosso ponto fulcral, temos que estar com ela. Agora, não pode ser a Câmara também a fazer toda a panóplia de remendos que são necessários, mas estamos cá para ajudar e com a vossa contribuição também propormos ao Estado, porque o que eu quero quer seja de um lado quer seja do outro que haja contribuições positivas para nós enquanto interlocutores privilegiados porque estamos no Executivo levamos ao poder central. Isso é o que nós queremos, não queremos que digam que nós não fazemos nada disso, queremos levar as vossas opiniões e terei em conta algumas que aqui estão para a próxima reunião da Câmara Municipal. -----

----- 2.º Período de inscrições: -----

-----**Deputado António Júlio Andrade (PS):** Senhor Presidente, eu fiquei um bocado esclarecido mas não convencido em alguns aspectos, porque de primeira ou de segunda mantenho essa atitude. Se vierem dizer que Carviçais, o Felgar, muito antes tinham a exploração da água, eu respondo assim, a primeira rede de águas construída em Felgueiras foi em 1946 e a junta também teve a exploração durante esses anos todos. Bom, mas senhor Presidente, já agora quando negociar com a Águas de Trás-os-Montes então diga-lhes quanto valem as nascentes por exemplo de muitas aldeias, refiro-me concretamente ao Larinho, as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

nascentes do Larinho exploradas para abastecimento de água que agora são propriedade lá dos senhores faziam andar moinhos. Aliás, chama-se Ribeiro dos Moinhos, e os proprietários do Larinho ficaram sem essa nascente de água que ia regar os campos que valia muito dinheiro. -----

-----Os habitantes de Felgueiras toda a água que consomem é da nascente que faz andar o moinho 500 metros abaixo da nascente e fazia se o fizessem logo ali. Portanto, não venham cá dizer que a EDP construiu barragens, que a Câmara construiu barragens para isto para aquilo, foi para outras aldeias até não para estas. -----

-----E depois há outra coisa, durante o ano são mais de cinquenta vezes que rebentam os esgotos na estrada do Larinho, aquilo já é uma manta de remendos, já não é estrada, é da responsabilidade da Câmara. Quanto é que a Águas de Trás-os-Montes indemnizou por isso?

-----A respeito dos transportes escolares senhor Presidente, olhe que eu conheço alunos que já deixaram de frequentar a Sabor Artes porque o dinheiro não chega a tudo. -----

-----Bom, depois os de Freixo de Espada à Cinta é um concelho mais empenhado do que nós, a Câmara até suporta os transportes escolares da escolaridade obrigatória para os alunos virem estudar para Moncorvo, de maneira que eu penso que era muito fácil a Câmara poupar noutras coisas, porque se calhar depois vai distribuir rebuçados e se calhar até pôr bolsas a outros, não sei. -----

-----**Deputado António Gonçalves** (Presidente da Junta da União de Freguesias de Felgar e Souto da Velha / PS): Eu só vou intervir para esclarecer a situação da água na minha freguesia. Ao contrário do que diz o deputado António Júlio, a questão da água de Lamelas foi feito um acordo há muitos anos, mas essa água corre normalmente para o Larinho, não vai para o Carvalhal, para ir para o Carvalhal tem que ser bombada e essa bombagem não é paga pela Câmara Municipal, mas sim paga pela Junta de Freguesia. O Felgar tem três bombagens e é tudo pago pela Junta de Freguesia, portanto, acho que quem deve receber o dinheiro é a Junta e não a Câmara. Aliás, o Município não mete lá uma gota de água, portanto, até à data do modo que está a gestão é da Junta, as despesas são todas da Junta, as avarias é a Junta que as repara, portanto, quem tem que receber o dinheiro é a Junta de Freguesia não é mais ninguém. É só isso. -----

-----**Deputada Beatriz Fernandes** (PS): Sobre a água é óbvio que a fatura da água pesa no orçamento familiar. Mas eu queria chamar aqui a atenção do Executivo para o preço da água ao comércio e à indústria que é mais elevado por metro cúbico que o preço da água para consumo doméstico. Certo ou errado, é polémico. A título de informação, não sei se sabem que para o comércio e indústria o 1.º escalão é de 50 m³ a 1,00€ / m³ e que a partir daí o metro cúbico de água passa a pagar 2,00€. Estamos numa altura em que se fala de incentivos ao comércio, indústria, agricultura, não seria o caso de repensarmos estes preços e esta capacidade do 1.º escalão? -----

-----Eu queria deixar a título de sugestão ao Executivo, primeiro, não seria possível reduzir o preço do metro cúbico ao comércio e à indústria? Ou então em caso negativo, não seria de pensar o alargamento da capacidade do 1.º escalão? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

-----É que dependendo da atividade, há dias em que uma indústria gasta o 1.º escalão e é um peso muito grande numa indústria o preço da água. Era isto. -----

-----**Deputado Luís Ricardo Ferreira** (PS): Senhor Presidente da Câmara Municipal, a história dos últimos 30 anos do Partido Socialista em Moncorvo revela que sempre esteve do lado dos interesses do munícipe. Estranho o apelo do senhor Presidente para estarmos todos do mesmo lado nas questões que são de interesse para o Município, porque a bem da honestidade intelectual o senhor Presidente sabe que o Partido Socialista em qualquer circunstância que se revelasse importante a defesa do Município seja contra qualquer poder central, sempre esteve do lado dos munícipes. Por isso, e reafirmo e não tenho nenhum problema em reafirmar em nome do Partido Socialista, que o Município terá sempre o nosso apoio sempre que assim se revelar importante para o Município. Por isso, não vejo que haja, percebo que peça esse apoio, mas os últimos 30 anos revelaram-lhe que sempre tivemos essa posição. -----

-----**Deputado Luís Dias** (Coligação PSD/CDS): Eu gostava apenas de subscrever a proposta do membro da Assembleia Beatriz Fernandes, nos incentivos ao preço da água para a indústria e para o comércio. -----

-----**Deputado António Alves Salema** (PS): Começo pela atividade municipal devendo congratularmo-nos com algumas coisas aqui que estão efetuadas, e apraz-me registar aqui os primeiros parágrafos que é em pagamentos da dívida, há a sensação que devemos ser bons pagadores e isso é de louvar. Portanto, a atividade municipal até 28 de Fevereiro, evidentemente que está bem explanada e daí eu não ter nada a dizer sobre isso. -----

-----Agora, quanto ao problema da água não foi este Executivo, foi o anterior Executivo que um bocado em cima do joelho fez a alteração das tarifas de água. Eu tenho aqui um recibo de Vila Flor em que os mínimos pagam 4,00€, sendo 2,50€ para lixos, e depois 1,50€ é de 1 ou 2 m³ de consumo de água, e tenho aqui um de Moncorvo em que 10 m³ de consumo de água paga 34,00€ ou 35,00€, portanto, já começa a pesar no orçamento familiar, e há aqui uma taxa fixa de resíduos sólidos urbanos em que todas as casas no concelho pagam 4,00€ estejam fechadas ou não. Portanto, esta sobrecarga aqui de tarifas fixas e variáveis dá uma média de 17,00€, isto num indivíduo que gasta 10 m³ de água que são 7,00€ e, portanto, eu acho que o tarifário do abastecimento de água no concelho devia ser revisto atendendo à crise, atendendo ao desemprego, atendendo às fracas condições económicas de que se começam a ver neste País e nomeadamente em Moncorvo, e a Câmara Municipal dava um sinal que estava atenta a estas coisas. Portanto, eu acho que... o vizinho do lado paga tão pouco, evidentemente que está mal em Vila Flor, utilizador/pagador tem que ser mas com certas regras, porque foi demasiado o que se fez em 2012 na anterior Câmara. Eu acho que a leitura também da água no concelho, nomeadamente na Vila que é onde resido, deve ser feita regularmente, porque a leitura a não ser efetuada dois ou três meses passa os escalões e aí depois as tarifas são aplicadas mediante esse consumo. -----

-----**Deputado António Martins** (Presidente da Junta de Freguesia da Lousa / Coligação PSD/CDS): Eu queria trazer aqui uma situação real que se prende com a mudança de nome do proprietário do contador. ----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

-----Na minha freguesia há um casal que se divorciou, a água está em nome do marido e agora quem ficou com a casa foi a senhora. Veio aqui à Câmara e exigiram-lhe pela mudança só do nome a mesma quantia como se fossem lá a colocar o contador, ou seja, anda à volta de 66,00€. A senhora veio ter comigo, eu já estive ali nos serviços, dizem-me que está no Regulamento. -----

-----Também à semelhança do que aqui já foi dito com o qual eu concordo sobre o assunto das águas, este também me parece um assunto que devemos analisar e eventualmente mexer nele. É só. -----

-----**Presidente da Mesa:** É óbvio que os Regulamentos estão para ser cumpridos mas não são estáticos, têm que ser dinâmicos e adaptáveis. -----

-----O senhor Presidente se quiser dizer alguma questão sobre o que foi aqui afirmado, mas pedia-lhe já que nenhum deputado o fez que nos tranquilize e que este lindo teto de gesso não tem qualquer componente de amianto. Muito obrigado. -----

-----**Presidente da Câmara:** Muito obrigado senhor Presidente. Podemos estar sossegados quanto ao teto do Salão Nobre que não tem. Aliás, só assim poderia acolher pessoas tão distintas como aquelas que fazem parte da Assembleia Municipal. -----

-----Quanto às questões que me foram colocadas as mais fáceis são as do senhor António Júlio Andrade. Vamos começar por si porque foi o primeiro e por ver que não há deputados de primeira nem de segunda, vamos manter a regra conforme está delineado. -----

-----Quanto valem as nascentes. Foi isso mesmo que fizemos quanto é que valem as nascentes que pertencem às freguesias, porque não foi feita obra nenhuma para a freguesia ter aquele bem. É isso que no relatório da Águas de Portugal não existia e que os serviços fizeram e que terminaram ontem, mas que poderá haver ainda alguns ajustes porque tínhamos que apresentar até ao dia três, porque nós fazíamos questão de apresentar e a Águas de Portugal não queria. Portanto, nós fizemos isso tudo e são essas nascentes que nós queremos que o próprio acordo com a Águas de Portugal reflitam que são propriedade das freguesias e que não são propriedade da Águas de Trás-os-Montes, depois da Águas de Portugal, etc., etc., etc. Tem de ficar é no local. -----

-----Quanto à indemnização dos esgotos é um problema, porque este acordo se fossemos sensatos todos ninguém o assinava. O que é que a Águas de Portugal tem hoje? Tem as águas em alta. As águas em alta são só a exploração das nascentes, porque depois os problemas para entregar às pessoas que são as águas em baixa são da Câmara. Resultado disto? Problemas com contadores, canalizações, qualidade da água são da Câmara, os senhores da Águas de Portugal são desde a nascente até ao depósito, depois para nos fazer chegar, mais nada, é um negócio da China para eles, só para verem e, portanto, tudo o que é água em baixa e esgotos está na Câmara. Quando os esgotos rebentam é a Câmara que vai lá, a Câmara não passou isso para a Águas de Portugal, assinaram o acordo e ficaram com esses custos, portanto, eles não têm que dar nada ali. Quando é a bombagem e nós já tivemos aqui situações e se efetivamente se consegue provar que é culpa disso, depois há reduções, apesar de a Águas de Trás-os-Montes, e é nesse caso que eu lhe estava a dizer, há ali



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

85.000,00€ entre as faturas que não pagamos por causa disso, porque entendemos que não foi culpa da Câmara. Agora, só para terem mais uma noção, a água tem que ser pensada não como era há vinte anos mas como é hoje, é um bem precioso, não podemos ter água da torneira a regar jardins, isso acabou, não podemos ter água da torneira a encher uma piscina, a água é um bem precioso e vai ser mais ainda. -----

-----Eu estou de acordo quando me dizem que os preços são elevados. Agora, o que eu estou a dizer-vos é que quando tivermos o fecho das negociações com a Águas de Trás-os-Montes, nós já indicámos o valores e é sobre esses valores que eles estão a trabalhar, portanto, não vamos dizer agora que mudámos ou dizer que não entramos, vamos aguardar o final do estudo e quero lembrar que o final do estudo tem que ser obrigatoriamente nos primeiros seis meses de 2014 e já estamos hoje a 28 de Fevereiro, nem que tenhamos de fazer uma reunião extraordinária para de uma forma ou de outra trazer-vos de imediato os valores. -----

-----Agora, temos de pensar é que ninguém conhece a EDP e nós somos dos maiores produtores e cobram-nos, querem lá eles saber, as águas infelizmente vão funcionar assim. Tem que haver racionalidade. Esse é o primeiro problema. -----

-----Depois, concordo que na parte industrial e comercial esteja caro, mas não está só para essa parte, está caro para todos. O senhor deputado Salema falou numa coisa importante que é esta, o vizinho do lado pode ter um rendimento de 150,00€ e o outro tem um rendimento de 1.500,00€ e pagam os dois o mesmo. E isto porquê? Porque está errada a política que foi seguida até agora. É o orçamento da Câmara que está a pagar toda a parte social e não social do consumo de água, porque quando tivermos um preço que seja estabelecido ou pela ERSAR ou pela Águas de Portugal, o Executivo que estiver aqui tem que fazer uma política que seja esta, não pôr como põe hoje 400.000,00€ de lado, porque é o que vai ter de défice além dos pagamentos de 70.000,00€ mensais, e é o orçamento da Câmara que está a fazer face a isso. Agora, se a Águas de Portugal tiverem o encargo da alta e da baixa que é onde dá mais problemas, a Câmara pode dizer assim, temos aqui 400.000,00€, 200.000,00€ serão alocados às indústrias que queremos que se potenciem e 200.000,00€ à realidade de deficiências sociais. Mas isso é que é uma política social e de incremento da indústria. Agora, como hoje fazemos, aquele que ganha cinco mil e o que ganha cinco tem que ter o mesmo pagamento e as mesmas condições da Câmara, porque é a Câmara que tem 400.000,00€ de prejuízo e põe isso no seu orçamento para fazer face a isso, nós temos que pensar é ao contrário, temos uma entidade gestora e agora vamos fazer a parte social e vamos dar subsídios a quem não pode, e a água até pode ser de borla e sustentado pelo Município, e temos três, quatro, cinco indústrias ou vinte ou as que forem que queremos implementar no mercado ou que queremos potenciar, temos que fazer exatamente o mesmo com isso. É a Câmara ter um orçamento e dizer, estas indústrias aqui são o suporte empregador do concelho, vamos também beneficiá-las. Mas isso só é possível quando deixarmos de ter estes 400.000,00€ de défice anual. Só assim é que é possível. -----

-----O que o deputado Salema diz é óbvio e eu nem me atrevo a contrariar quando estive uma série de anos que foi um dos responsáveis pela água e, portanto, nem me atrevo a contrariar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

porque sei que sabe os dados tão bem ou melhor do que eu, mas também podíamos ter este efeito. O Município de Torre de Moncorvo com este grande incêndio que houve, se não fosse a Protecção Civil como sabe e também alguns fundos que vieram de compensação, tínhamos alguns problemas com a água, principalmente quando foi a do abastecimento em Carviçais, e não temos essa capacidade nós de nos regenerarmos a nós próprios, não temos, porque o orçamento é o que é, cada vez nos tiram mais e nos passam mais competências. A água é um problema e acreditem nisto, a água vai ser um problema que vamos debater até termos uma decisão. Neste momento temos estes valores que foram aplicados pelo anterior Executivo, mas eu não tiro daí a minha responsabilidade, porque eu também estava lá na oposição mas estava lá, portanto, também sou responsável por eles. A intenção do Município e não é unânime dentro do Executivo é termos uma entidade gestora, e o que temos hoje em défice poder alocar para questões sociais e questões de indústria, mas até termos isso não conseguimos, e para terem só uma ideia, a ERSAR veio cá fazer uma “vistoria” e concluiu que no Município de Torre de Moncorvo há 70% de percas de água e nós pagamos estas percas de água, ou seja, os sistemas têm muitas ruturas. Quem é que paga esses 70%? Não são os munícipes, é o Município, portanto, estão a ver que as questões têm dois lados. -----

-----Eu fiquei surpreendido que os senhores deputados não me confrontassem acerca da situação financeira, porque se repararem aí no total final há um aumento da dívida desde Dezembro até agora, não sei se já repararam nisso. Estou certo que terão aí o ponto da situação financeira de Dezembro em que o total final era de 15.419.228,49€ e agora é de 15.516.057,01€, e vocês perguntarão, então mas pagou-se dívida como é que isto agora continua a ser alto. Por uma razão muito simples que eu vou explicar. O Município de Torre de Moncorvo reconhece como o anterior Presidente reconheceu na qualidade de deputado municipal que há cerca de 1.000.000,00€ de faturas (umas comprometidas e outras cabimentadas), e também reconheceu afinal que o valor do passivo não era de 15.000.000,00€ mas cerca de 23.000.000,00€. A Lei 75/2013 diz, que não podemos comprometer nem cabimentar e muito menos pagar se os fornecedores não recorrerem a Tribunal, ou seja, têm que recorrer a Tribunal, intentar ações contra a Câmara, a Câmara como pessoa de bem que deve ser não deve contestar se vir que é correta aquela fatura, e só depois dessa condenação é que pode pagar. Com todos os riscos inerentes a ir contra a Lei e essa, atenção, não é uma posição do Executivo é uma posição própria, o responsável único civil e criminalmente sou eu, decidi e comuniquei isso aos demais membros do Executivo que não iríamos fazer com que ninguém interpusesse ações em Tribunal, nem gastar dinheiro em Tribunal, e isto por uma simples razão, eu compreendo aqui a Dr.^a Magali Queira acreditar que não é uma concorrência desleal, é mesmo fazer as coisas de forma como eu acho que devem ser feitas, é que as pessoas fizeram o trabalho, as pessoas têm rosto, a maior parte são firmas de Moncorvo, então vamos assumir isso. -----

-----E para terem uma ideia do que se fez, em termos de empréstimos de médio e longo prazo houve uma diminuição efetiva de 79.295,33€ e na dívida a fornecedores e empreiteiros, em 20/Dezembro/2013 era de 1.642.091,36€, e agora neste momento lançadas faturas no valor de 1.721.312,24€ que são as que estavam sem compromisso e sem cabimento, perfaz um total da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

dívida no valor de 3.363.403,60€. E isto para dizer o quê? Se a dívida potencial era de 1.852.333,94€ e se já se pagou até este momento (estamos a falar de fornecedores e empreiteiros) 1.511.000,00€, a dívida aumentou de Dezembro/2013 para agora em 210.242,58€, mas isso tem a ver com o lançamento no sistema das faturas dos fornecedores que não estavam no sistema. Pronto. Portanto, dos 3.363.403,60€, estamos agora com uma dívida de 1.852.333,94€ pelo que já foram pagos ±1.500.000,00€. Isto é só para dizer aos senhores deputados que às vezes os números também revelam uma coisa contrária do que aquilo que aparenta, e neste caso este aumento da dívida apesar dos montantes pagos é exatamente porque e viu-se que os trabalhos foram efetivamente efetuados. -----

-----Por último, eu não me esqueci que é uma questão mais política obviamente, para já congratular-me com as iniciativas que tem tido no grupo parlamentar. Aliás, penso que é o terceiro mandato que estamos juntos, nunca como hoje tivemos esta iniciativa de estarmos a responder e fazer estas intervenções. É óbvio que eu nem teria o PS noutra linha de conta que não a de lutar pelos interesses do Município. Há uma coisa que eu lhe posso dizer é que independentemente da cor que esteja no Município ao lado, seja PS ou PSD ou o que for, eu fui eleito para defender os interesses de Moncorvo e todos nós estamos aqui também com perspectivas que podem ser diferentes como é óbvio, porque senão não estávamos cada um em seu lado, mas na realidade essa é uma perspectiva que nos une é o lutarmos por estas questões, mas não vou muito longe aos 30 anos, primeiro, porque seria desleal consigo até intelectualmente dado a idade e, portanto, defender coisas de há 30 anos era desleal, e também não quero ir a umas que aconteceram há quatro ou cinco anos em que as portas da Câmara se fecharam. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo da competência prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomou conhecimento da Informação Escrita do Presidente da Câmara sobre a recente Atividade Municipal. -----

PONTO 2 — 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA PARA O ANO DE 2014.

-----Presente a proposta em epígrafe para aprovação, oportunamente enviada aos membros da Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

-----Pelo **Senhor Presidente da Câmara** foi introduzido o assunto referindo: Senhor presidente e senhores deputados, esta é uma revisão que decorre também da Lei e peço também atenção aos senhores presidentes de junta, porque isto também acontece lá nas juntas. O classificador económico das receitas e despesas a utilizar pelas autarquias locais e de acordo com uma nota publicada no Portal Autárquico a qual diz que “excepcionalmente, a rubrica 15 – Reposições não abatidas nos pagamentos pode ser dotada, caso à data de elaboração do orçamento for conhecida causa justificativa da sua abertura, situação da qual deve ser apresentada a devida prova em anexo ao orçamento”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

-----Acontece que à data da elaboração do orçamento do Município, não existia nada que pudesse prever a dotação da rubrica 15 – Reposições não abatidas nos pagamentos. -----

-----Durante o mês de Janeiro deu entrada nos serviços de contabilidade um cheque referente à baixa de um seguro de uma viatura e houve um estorno do mesmo, e também um cheque referente ao pagamento da prestação do empréstimo Pagar a Tempo e Horas. Como os pagamentos ocorreram durante o ano 2013, para se poder dar entrada destes valores torna-se necessário inscrever a rubrica para o ano de 2014 através de uma revisão orçamental e, portanto, estamos a falar de uma revisão no valor de 148,05€ mas que é obrigatória. -----

-----Aberto o período de inscrições e não se registando qualquer intervenção, foi submetido a votação, tendo-se registado o seguinte resultado: -----

	Coligação PPD-PSD/CDS-PP	Partido Socialista (PS)	TOTAL
Votos a Favor	14	13	27
Abstenções	0	1	1
Votos Contra	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal e ao abrigo da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por maioria, aprovar a 1.ª Revisão Orçamental. -----

-----Absteve-se a Deputada Municipal Magali Isabel Sebastião Amador (PS). -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 3 — ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA COM A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DOURO SUPERIOR DE FINS ESPECÍFICOS. -----

-----Presente a proposta em epígrafe para aprovação, oportunamente enviada aos membros da Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

-----Pelo **Senhor Presidente da Câmara** foi introduzido o assunto referindo: Esta é outra das situações que iniciámos com a ADSE no valor de 132.000,00€, concretizámos com a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, e estamos agora a partir para um terceiro plano de regularização de dívidas com a Associação de Municípios do Douro Superior. -----

-----Neste momento, o Município de Torre de Moncorvo tem uma dívida de cerca de 700.000,00€ com a Associação de Municípios do Douro Superior, e o Executivo ainda em 2013, porque se repararem a ata é de 27 de Dezembro de 2013, decidiu fazer este acordo, porque também não é permitido a partir de 1 de Janeiro fazer estes acordos de regularização, e nós tomámos a iniciativa junto da AMDS para regularizar esta dívida, porque temos uma série de problemas, nomeadamente com a entidade concessionária da limpeza, porque o Município devendo cerca de 700.000,00€ não tem poder negocial com eles, a verdade também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

é esta, e então o que se decidiu foi pedir um empréstimo de 548.637,41€, não é a totalidade ficaram de fora cerca de 100.000,00€ que têm uma justificação. -----

-----O Executivo anterior e bem e este Executivo, manteve aqui um braço de ferro com a AMDS respeitante aos vencimentos de uma funcionária que a AMDS teve lá. Neste momento, está aqui a trabalhar na Câmara, mas esteve 11 ou 12 anos a trabalhar para a AMDS e foi o Município de Torre de Moncorvo que pagou. A funcionária entrou na extinção do antigo GAT, ficou lá, e o Executivo do Município de Torre de Moncorvo só apresentou as contas em 2007, ou seja, desde a extinção do GAT até 2007, mas moralmente toda a gente sabia que era administrativa da AMDS apesar de ser a Câmara de Torre de Moncorvo a pagar. -----

-----Entretanto, no final do mandato anterior, foi decidido pelos Presidentes de Câmara que estavam lá do qual fazem parte Moncorvo, Freixo, Mogadouro e Foz Côa, que não seria reconhecida a dívida à Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, ou seja, se pagaram à funcionária foi porque quiseram. -----

-----Como sabem, eu sou o Presidente da AMDS e fiz questão de levar novamente o assunto, e os senhores presidentes dos Municípios aqui ao lado disseram-me que já estava decidido, e eu disse-lhes que moralmente toda a gente sabia que tínhamos sido nós a pagar, portanto, deviam também decidir dessa forma, e a resposta foi esta, aqui a moralidade não tem nada, nós temos é que ver com a legalidade. Muito bem. Na primeira reunião do Conselho Directivo passou-se isto. Na segunda reunião, fiz questão que fosse inserido lá um ponto que era, propriedade e titularidade do edifício onde funciona a AMDS. Bem, e os senhores presidentes de Câmara, não, não, isto foi um edifício construído pela CCRN na altura, com o âmbito de ser instalada aqui a AMDS, portanto, é dos quatro Municípios. E eu disse, tubo bem, mas legalmente está inscrito em nome do Município de Torre de Moncorvo, e eles, mas moralmente vocês sabem que é, e eu disse, não é uma questão de moralidade aqui é de legalidade. E pronto, estamos neste impasse, nem eu pago os 100.000,00€ nem lhes passo o edifício enquanto eles não o reconhecerem. Mas eu quero que fique aqui já esclarecido que é para depois as pessoas não dizerem, um edifício que até vale 300.000,00€ e agora foi doado à AMDS. -----

-----Efetivamente nós reconhecemos que quando foi feito aquele edifício era para ser instalada a AMDS, foi com verbas da CCRN na altura, e isto já tudo está em atas, só que nunca se passou. Enquanto eles não me reconhecerem estes 100.000,00€ ficamos com o edifício para nós, tudo bem. -----

-----Entretanto, numa terceira reunião, já havia ali um princípio de acordo, só que o edifício precisa de obras neste momento que estão orçadas em cerca de 30.000,00€, porque a membrana da cobertura rasgou-se, tem que se tirar o gogo, então já está tudo outra vez para renegociar estas coisas e, portanto, é por isso que estamos com os 548.637,41€. -----

-----Este acordo é feito por um prazo máximo de 10 anos, a AMDS convidou todas as entidades bancárias, só três é que responderam, porque isto é um empréstimo da AMDS. Claro, nós é que vamos pagar, porque nós não podemos recorrer a empréstimos como sabem,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

e quem respondeu foi a CCAM Terra Quente, a CCAM Mogadouro e Vimioso, e a Caixa Geral de Depósitos. -----

-----A proposta mais favorável era da Caixa Geral de Depósitos, só que tinha um problema, foi concursado um prazo de pagamento de 10 anos, e a Caixa Geral de Depósitos só atribuiu valores para 5 anos e, portanto, ficou logo excluída à partida. -----

-----A CCAM Mogadouro e Vimioso, recorde que a AMDS já está a pagar um empréstimo cerca de 200.000,00€ e, portanto, acabou por ter esse reconhecimento e é a proposta mais favorável. -----

-----Terá um prazo de pagamento de 10 anos, em prestações mensais iguais de capital e juros, e tem um período de carência de seis meses, também convém aqui referir isso, e isto porquê? Nós vamos ter uma situação muito complicada a partir do mês de Abril, no dia 30 de Abril, temos que fazer um pagamento de 202.000,00€ respeitante ao saneamento financeiro de 2002, e no dia 2 de Maio temos que pagar 351.000,00€ do saneamento financeiro de 2012, ou seja, meio milhão de euros em dois dias, e depois temos o mesmo em Setembro e Outubro. Esta situação de pedirmos os seis meses de carência faz com que consigamos libertar este mês de Abril/Maio, e depois serão cerca de 6.000,00€ / por mês, mas com estes 6.000,00€ conseguimos cumprir a lei dos compromissos e libertar fundos também para podermos fazer desde projetos até ao que for necessário. E no fundo é pagar aquilo que devemos. -----

-----Aberto o período de inscrições e não se registando qualquer intervenção, foi submetido a votação, tendo-se registado o seguinte resultado: -----

	Coligação PPD-PSD/CDS-PP	Partido Socialista (PS)	TOTAL
Votos a Favor	14	14	28
Abstenções	0	0	0
Votos Contra	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a celebração do Acordo de Regularização de Dívida celebrado entre o Município e a Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos (AMDSFE), no valor global 548.637,41 € (quinhentos e quarenta e oito mil seiscentos e trinta e sete euros e quarenta e um cêntimos), com IVA incluído. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 4 — 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2014. -----

-----Presente a proposta em epígrafe para aprovação, oportunamente enviada aos membros da Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

-----Pelo **Senhor Presidente da Câmara** foi introduzido o assunto referindo: Trata-se também de uma questão meramente formal mas à qual temos que aderir fruto das regras que temos agora. O mapa de pessoal da Câmara de Moncorvo tinha um lugar que tinha sido provido na área de formação de Contabilidade e Administração. Foi assim durante anos que até era só Contabilidade, depois o nome foi reformulado para Contabilidade e Administração, e neste momento temos uma coisa que eu costumo dizer que agora não se pode dizer que é faxineiro, é técnico de qualquer coisa, e então agora o que temos é Gestão e Administração Pública, que é a mesma coisa. Mas como sabem a alteração ao mapa de pessoal obrigatoriamente tem que vir à Assembleia Municipal e é por isso que trouxemos este assunto que é meramente formal.

-----Aberto o período de inscrições, registaram-se as intervenções dos senhores: -----

-----**Deputado António Lopes (PS)**: Só queria trazer aqui um assunto também à liça, porque me parece que devo trazê-lo enquanto membro da Assembleia, é que fui confrontado que este concurso já foi publicado em Diário da República com a designação de Gestão e Administração Pública, antes de ser aprovado aqui na Assembleia Municipal. -----

-----**Presidente da Câmara**: É verdade, mas quando veio à Assembleia Municipal e que tivemos autorização para pedir à senhora Ministra das Finanças para fazer isto ainda estava com o nome de Contabilidade e Administração, e é por causa da autorização que o Governo tem que dar para abrimos concurso que vem dizer que o nosso mapa de pessoal tem que ter Gestão e Administração Pública, e só por isto é que há esta alteração. Mas, nós temos duas situações, ou trazemos isto tudo para trás outra vez, inclusive para o engenheiro do ambiente e engenheiro civil e repomos isso se entenderem que há um princípio de legalidade que deve ser repostos, ou então mantemos a mesma coisa, porque o que foi pedido e o que foi deliberado efetivamente foi Contabilidade e Administração que era o lugar que estava no nosso mapa de pessoal. -----

-----**Deputado António Lopes (PS)**: Não é preciso senhor Presidente, era só uma questão de verdade, mais nada. -----

-----**Presidente da Mesa**: Trata-se ao mesmo tempo de uma aprovação e de uma ratificação. -

-----Submetido a votação, registou-se o seguinte resultado: -----

	Coligação PPD-PSD/CDS-PP	Partido Socialista (PS)	TOTAL
Votos a Favor	13	12	25
Abstenções	0	2	2
Votos Contra	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO**: A Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal e ao abrigo da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

12 de setembro, deliberou por maioria, aprovar a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2014.-----

-----Abstiveram-se os Deputados Municipais Magali Isabel Sebastião Amador e Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira (PS).-----

-----Não participou na votação, por se ter ausentado momentaneamente, o Deputado Municipal Manuel Carlos Prado (Coligação PSD/CDS).-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 5 — INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE 3 (TRÊS) PARCELAS DE TERRENO – CUJAS ÁREAS TOTALIZAM 1.175,00 m² – DO PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO “QUINTA DA PORTELA”, SITO NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ADEGANHA E CARDANHA, DO CONCELHO DE TORRE DE MONCORVO.-----

-----Presente a proposta em epígrafe para aprovação, oportunamente enviada aos membros da Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

-----Pelo **Senhor Presidente da Câmara** foi introduzido o assunto referindo: Esta é uma das missões da Assembleia Municipal que é mesmo fiscalizar quer o que sai quer o que entra no domínio quer privado quer público da Administração.-----

-----Como sabem, estão a ser concluídas as obras de ligação à nova Ponte do Sabor e a intercepção que irá dar acesso à Cardanha, Adeganha, Póvoa e Estevais, ao estaleiro a montante, e também à Horta da Vilarça e a uma série de freguesias, e ainda para Vila Flor. Entretanto, é necessário repor as instalações ou os móveis para os passageiros terem um acolhimento, e então teria que ser na vertente da rotunda como se pode ver na planta de localização dos terrenos que se encontra anexa à documentação. Esse espaço é o tal que totaliza 1.175 m² em que não poderá ser implementada qualquer obra lá por parte da concessionária se não for do domínio público da Câmara Municipal. Então a forma que se encontrou foi a cedência por parte do particular a título gratuito à Câmara Municipal para poder ser implementado dessa forma os apeadeiros e respectivas áreas de paragem.-----

-----Aberto o período de inscrições, registaram-se as intervenções dos senhores:-----

-----**Deputado António Júlio Andrade (PS):** Senhor Presidente, não é propriamente sobre este assunto que eu quero intervir, mas nós temos ali aquilo a que chamamos de “Vila Velha” ou Derruída que está classificada como monumento nacional, e deve ser um caso espantoso e único no País, penso eu, que se um cidadão português quiser ir visitar aquele monumento nacional, não pode. Se é uma questão jurídica para arranjar o caminho que sempre foi um bem público, mas a verdade atual como está, com prepotências ou sem prepotências, é esta e eu sugeria ao senhor Presidente uma vez que a EDP anda ali a fazer esse tipo de obras, ou por negociações com o proprietário da Quinta, de uma vez por todas se arranjasse um caminho para ir para aquele monumento nacional. Era só isso.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

-----**Presidente da Câmara:** Senhor deputado, é verdade, eu posso dizer-lhe que a EDP gastou ali cerca de 300.000,00€ que eram dedicados aos frescos da Igreja Matriz de Torre de Moncorvo. A Direcção Regional de Cultura do Norte entendeu que tinham que ser salvaguardas aquelas estruturas de madeira que parecem umas construções palafíticas, quase foram ali gastos 300.000,00€. Para além do mais e não querendo discutir isto consigo como é óbvio, passava por ali a antiga calçada romana, um bocadinho por baixo dava para passar por lá perfeitamente, pelo menos, a ter razão toda a parte que está no Museu do Ferro delineado como antigamente, mas isso sei que entre os historiadores há sempre formas de dar a volta e conseguem pôr ali qualquer coisa de interesse e isso é sempre bom. -----

-----Eu também concordo consigo, tive uma reunião com o Dr. António Ponte que é o atual Diretor Regional da Cultura do Norte, e fiz-lhe ver também isso de ter que se pedir ao proprietário que a maior parte das vezes não aceita que se passe ali para ir visitar as ruínas de Santa Cruz da Vilariça. O grande problema é que a Direcção Regional de Cultura do Norte, depois das negociações que tivemos disse, mas nós não temos dinheiro para isso, têm que ser vocês a chegar a um acordo. -----

-----A Câmara neste momento ficou aqui sem poder fazer nada, com os dois projetos que tem, um é o projeto da iluminação agrícola Urros / Peredo, e também o grande projeto que temos aqui em termos de iluminação para a Igreja Matriz, estamos associados à EDP e o concurso já foi aberto através da EDP. -----

-----Agora, as negociações com o proprietário obviamente que vão decorrer, mas estamos sempre dependentes do que ele entender, quer dizer, juridicamente havia ali uma forma, não tenho é o poder legislativo de o fazer, mas havia ali uma forma querendo. -----

-----Submetido a votação, registou-se o seguinte resultado: -----

	Coligação PPD-PSD/CDS-PP	Partido Socialista (PS)	TOTAL
Votos a Favor	13	14	27
Abstenções	0	0	0
Votos Contra	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal e ao abrigo da competência expressa na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por unanimidade, aprovar a integração no domínio público municipal das seguintes parcelas de terreno do prédio rústico denominado “Quinta da Portela”, sito na União das Freguesias de Adeganha e Cardanha, concelho de Torre de Moncorvo, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo n.º 2072 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torre de Moncorvo sob o n.º cento e setenta (170): --

- Parcela de terreno com 1.000,00 m2 a que corresponde o restabelecimento 1 (EN 102) e com as seguintes confrontações: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

- *Norte: Quinta da Portela;*
 - *Sul: EN 102;*
 - *Nascente: Quinta da Silveira;*
 - *Poente: Quinta da Portela.*
- **Parcela de terreno com 125,00 m2 a que corresponde o restabelecimento 4 (EM 611) e com as seguintes confrontações: -----**
- *Norte: Quinta da Portela;*
 - *Sul: EM 611;*
 - *Nascente: Quinta da Portela;*
 - *Poente: Quinta da Portela.*
- **Parcela de terreno com 50,00 m2 a que corresponde o restabelecimento 2 (EM 623) e com as seguintes confrontações: -----**
- *Norte: Quinta da Portela;*
 - *Sul: EM 623;*
 - *Nascente: Quinta da Portela;*
 - *Poente: Quinta da Portela.*

-----**As parcelas acima indicadas – cujas áreas totalizam 1.175,00 m2 – destinam-se à implementação de equipamentos de utilização coletiva, designadamente de 3 (três) paragens de autocarros e respetivas áreas de paragem e/ou estacionamento localizados na Estrada Nacional n.º 102, Estrada Municipal n.º 611 e Estrada Municipal n.º 623, conforme planta de localização em anexo. -----**

-----Não participou na votação, por se ter ausentado momentaneamente, o Deputado Municipal José Carlos de Sá Meneses (Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo - Coligação PSD/CDS). -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 6 — ADESÃO DO MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO À REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL. -----

-----Presente a proposta em epígrafe para aprovação, oportunamente enviada aos membros da Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

-----Pelo **Senhor Presidente da Câmara** foi introduzido o assunto referindo: Este ponto tem a ver com duas questões, a primeira, de conversas tidas, aliás, ainda era Diretor do Terra Quente o senhor deputado António Júlio Andrade, e convidou-me uma vez para eu escrever lá umas coisas e daí surgiu algumas questões de interesse mútuo dos quais uma é a do judaísmo. -----

-----Temos aqui a pessoa que se calhar mais escreve sobre o judaísmo e que mais relevância deu ao judaísmo que é o senhor António Júlio Andrade, temos uma pessoa que está ligada ao concelho e é uma das pessoas também que mais estuda e que mais ligações tem a este meio que é o Professor Vasco Rodrigues e, portanto, esta é a parte da vertente da escrita, entre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

outros estes são os dois mais importantes. Depois, temos o aspecto cultural do que devemos de alguma forma preservar e também orgulharmo-nos do nosso passado, porque nós somos aquilo que somos e que poderemos vir a ser orgulhando-nos daquilo que fomos e, portanto, é isso que nós queremos fazer, dar essa importância aos judeus em Torre de Moncorvo. -----

-----Eu pedia ao senhor António Júlio Andrade para elaborar um texto a acompanhar esta Rota que aqui está, bem como o nosso pedido à Rota das Judiarias para entrarmos, porque somos um concelho que tem muito mais tradição judaica do que por exemplo Belmonte, e Belmonte está no mapa, que tem um sem número de processos, eu penso que são 700 processos na inquisição, mas depois o senhor António Júlio há-de fazer as correções que mereça esta minha breve introdução, e também além disso a possibilidade de acolhermos uma faixa turística que não temos agora, e depois também uma que é o próprio interesse monetário. Como sabem, o Governo Norueguês fez chegar quatro milhões de euros para os concelhos que entrassem na Rota das Judiarias, o Governo Português quis utilizá-lo na reparação de edifícios em Lisboa, e a própria mulher do Primeiro-Ministro diz assim, então se é para isso o dinheiro volta para aqui e vocês organizem-se, e até agora não foi entregue. -----

-----Nós vamos concorrer com Almeida também para a entrada na Rota das Judiarias, e temos aqui algumas coisas que são importantes desde logo a assinalar, e eu posso dizer-vos por exemplo uma que é aqui onde está referida a “casa da sinagoga”, o Executivo entrou já em negociações com o proprietário para poder adquirir esta casa, mas são estas as premissas do negócio: primeiro, vir cá uma equipa a dizer que aquilo efetivamente foi sinagoga, e se foi sinagoga já que estamos aqui na parte antiga e aproveitando a regeneração urbana, conseguir tirar o tapete que está ali em alcatrão, pôr ali aquela parte em hematite e criarmos uma rua ali que seja um foco de estudos do judaísmo em Torre de Moncorvo que seria então na casa da sinagoga. Essa era a nossa pretensão, e depois fazer também alusão a todas as ruas e casas que possamos ainda ter e que possamos recolher. -----

-----Iremos começar provavelmente por colocar uma antiga máquina de coser dos sapateiros que muitos devem reconhecê-la ainda, é propriedade do Museu do Ferro, mas que vai ser cedida gratuitamente à Câmara Municipal para colocarmos ali numa das montras onde hoje funciona a Informática. Seria o primeiro passo também para depois organizarmos aí a Rota do Judaísmo em Torre de Moncorvo, mas para isso chamo-vos a atenção para isto, este é o primeiro passo para pedirmos a adesão, e depois de aderirmos virá novamente aqui à Assembleia Municipal para elegermos uma comissão que eu já estou a pensar nas pessoas, mas também deixo ao critério de cada um que se empenhem em transformar a rota dos judeus numa passagem obrigatória por Torre de Moncorvo. São estas questões que têm a ver, por um lado o passado, o turismo e também a questão financeira. -----

-----Aberto o período de inscrições, registaram-se as intervenções dos senhores: -----

-----**Deputado António Lopes (PS):** A mim as questões culturais tocam-me muito e estou completamente de acordo. Aliás, trazia uma pequena intervenção mais ou menos preparada sobre isto e o senhor Presidente acabou por me tirar as palavras da boca e eu já não consigo dizer nada. Mas efetivamente, pronto... não temos nada que ter medo daquilo que somos, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

judaísmo corre-nos nas veias, a história foi o que foi, não a podemos alterar mas podemos manter a memória daquilo que fomos. E dou-lhe os parabéns também, porque esta questão como disse toca-me muito, e também obviamente que traga algumas pessoas com o chamado turismo cultural que hoje está aí tanto na moda, não é? Oxalá traga também algumas pessoas e que seja de facto um sucesso. Era só. -----

-----**Deputado António Júlio Andrade** (PS): Bom, a mim tocam-me muito estas coisas senhor Presidente, neste aspecto acompanhei desde há muitos anos estas questões, é incrível que em Moncorvo depois do 25 de Abril fez-se o 1.º Congresso de Estudos Judaicos, em 1976, esteve cá o Embaixador de Israel, estiveram cá os técnicos, ainda em Belmonte não se falava em judeus, ao Embaixador de Israel foi-lhe atribuído o título de cidadão honorário de Moncorvo, mas depois vieram outras Câmaras que não ligaram patavina a estas coisas e pronto... enquanto Belmonte, Castelo de Vide, eu acompanhei o nascimento daquilo e tem sido um sucesso. Estive lá exatamente quando eles começaram. -----

-----Agora, a nós não basta aderir, é preciso sermos dinâmicos como em tudo. Em Lisboa existe a chamada BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa), é o maior evento anual e a FITEI em Madrid, e então acompanhei um bocado a BTL do ano passado (a deste ano abre em Março) e devo dizer-lhe que o maior fenómeno de publicidade que eu acompanhei nesta área foi exatamente Trancoso na BTL tinha lá exatamente uma rotazinha de judeus lá pela Vila, tal como esta que está aqui, e uma pessoa ali com uns panfletos também durante o dia era só gente a passar por lá a informar-se sobre os judeus em Trancoso, etc. -----

-----Se nós formos capazes de desenvolver uma política assim agressiva podemos lá ir. -----

-----**Deputado Luís Dias** (Coligação PSD/CDS): É só um preciosismo, mas na página onde fala das amêndoas cobertas, ou seja, na parte da tradição marrana na doçaria fala nos canelões de Torre de Moncorvo. Acho que se perguntarem a qualquer munícipe vão dizer-lhes que os canelões são do Peredo dos Castelhanos. Era só isso. -----

-----**Presidente da Mesa:** Fica registado. -----

-----**Deputado António Júlio Andrade** (PS): O bairrismo fica-lhe muito bem, mas devo dizer que quando era garoto por exemplo era impensável fazer-se um casamento onde não houvesse canelões de Moncorvo e amêndoas cobertas, quer dizer, nos casamentos era a sua doçaria tradicional. Mas efetivamente devo dizer que em 1976, foram com que se revitalizasse em Moncorvo o fabrico dos canelões e para se fazerem outros iguais foi exatamente no Peredo. ---

-----**Presidente da Mesa:** Fica registada a sua menção. -----

-----**Presidente da Câmara:** Muito obrigado pelos contributos que deram. Obviamente que só poderá haver dinamismo se as pessoas quiserem aderir, daí eu ter dito que uma das funções e das prioridades do Executivo é adquirir aquela casa desde que seja de alguma forma certificado que foi uma sinagoga, e depois criar ali o Centro de Estudos Judaicos. -----

-----Obviamente que eu quando disse que já tinha algumas pessoas em mente o senhor António Júlio Andrade era uma delas e, portanto, confio que o seu dinamismo e todo o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

empenho que põe em prol daquilo que lhe interessa será bem-vindo para o concelho. Estou certo disso e que não nos irá desiludir. -----

-----Agora, temos que dar é o primeiro passo, e o primeiro passo tem que ser a adesão e vamos aderir, e depois vamos fazer com que toda esta zona em volta desta Rota que aqui foi criada, e acredito que haja aqui alguns locais que muitos Moncorvenses já não se lembrem, por exemplo o da Fonte que está ali junto ao Montesinho, há muita gente que não se lembrará. Também estamos a fazer o levantamento disso tudo, mas efetivamente o que é necessário agora é entrar para a Rota do Judaísmo. -----

-----E quanto aos canelões do Peredo, iremos ter a oportunidade na Feira Medieval provavelmente de ter os famosos canelões numa barraquinha da Açoreira, aliás, do Peredo. ---

-----Submetido a votação, registou-se o seguinte resultado: -----

	Coligação PPD-PSD/CDS-PP	Partido Socialista (PS)	TOTAL
Votos a Favor	14	14	28
Abstenções	0	0	0
Votos Contra	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal e nos termos da alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, conjugado com o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por unanimidade, autorizar a adesão do Município de Torre de Moncorvo à Rede de Judiarias de Portugal. -

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 7 — APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ) DE TORRE DE MONCORVO DO ANO DE 2013. -----

-----Presente o relatório em epígrafe para apreciação, oportunamente enviado aos membros da Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. -----

-----Pelo **Senhor Presidente da Câmara** foi introduzido o assunto referindo: Senhor Presidente, eu aqui dispenso-me de fazer a introdução a este ponto, mas é só para informar todos os senhores deputados que esteve marcada uma reunião da Comissão Alargada da CPCJ, só que entretanto havia aqui no Salão Nobre uma entrega de um programa que está a decorrer na Câmara Municipal de Torre de Moncorvo que é “Ninguém fica de fora” e que são grupos sociais de info-excluídos que este mês teve a ver com os nascituros ou aqueles que são até de três / quatro meses, e fizemos umas pequenas malas com roupa, fraldas, papas, que foram entregues às famílias que estavam referenciadas na ação social, e coincidiu que foi na mesma data. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

-----Entretanto, com o Presidente da CPCJ foi acordado ser marcado um novo dia para as próprias eleições na CPCJ. Eu não estive lá, mas penso que foi na semana passada. Isso será então brevemente. -----

-----**Presidente da Mesa:** Eu aqui manifesto a minha ignorância e peço a ajuda de quem souber, aqui diz apreciação do relatório, não sei se é só para conhecimento da Assembleia se é para votação. Não é necessário? Então estava certo mesmo apesar de o não saber. -----

-----Aberto o período de inscrições, não houve intervenções por parte dos senhores deputados. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento do relatório apresentado. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 8 — CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE SANEAMENTO FINANCEIRO, COM A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, NO MONTANTE DE 9.400.000,00€ – ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA CONTRATUAL N.º 9. -----

-----Presente a proposta em epígrafe para aprovação, oportunamente enviada aos membros da Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

-----Pelo **Senhor Presidente da Câmara** foi introduzido o assunto referindo: Como sabem, inicia-se em 02 de Maio deste ano o pagamento do empréstimo do saneamento financeiro de 2012. -----

-----Acontece que até Abril de 2015, ainda temos o pagamento do empréstimo para saneamento financeiro de 2002, o que fazia com que o Município não tivesse capacidade ou pelo menos lhe fosse exigida uma contenção muito grande em termos de todas as verbas que viessem a entrar na Câmara, porque teríamos de pagar meio milhão de euros em dois meses (Abril e Maio) e mais meio milhão de euros em Setembro e Outubro. Este contrato de empréstimo para saneamento financeiro foi pelo prazo de 12 anos e com um período de carência de 36 meses, fazia 15 anos. Atualmente os empréstimos para saneamento financeiro têm um prazo máximo de 14 anos e um período máximo de carência de um ano. -----

-----Os anteriores como é o caso de Moncorvo, há-de ser alterado até aos 14 anos, mas obrigava-nos a que tivesse que ir a retificação do Tribunal de Contas. O Executivo não pretende isso uma vez que já tem a calendarização até dos pagamentos feita. O que é que fizemos então? Até Abril de 2015, pedimos que nos fosse concedida pela Caixa Geral de Depósitos, a possibilidade em vez de pagarmos semestralmente 361.000,00€ que fossem pagos 50.000,00€ sem mexermos no número de prestações. Depois, as prestações a partir de Abril de 2015, que terminamos com o saneamento de 2002, retomaremos aí e faremos um acréscimo para repor os 361.000,00€ (ali são 311.000.00€) que em cada prestação ficam de débito. Esta é uma forma só de gestão da Câmara. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

-----Quero dizer-vos que foi aprovado pela Caixa Geral de Depósitos, não conseguimos que fosse logo aprovado no Porto e daí é que não nos foi possível enviar com a restante documentação, porque foi obrigatório ir a Lisboa e veio posteriormente de Lisboa aprovado. Neste momento temos as condições para começarmos a pagar e a liquidar o saneamento financeiro a partir de 50.000,00€. -----

-----Aqui a alteração à cláusula nona deve-se a isto: nós tínhamos pagamentos trimestrais e passou a ser pagamento mensal, ou seja, em vez de estarmos a pôr de três em três meses 361.000,00€ à disposição da instituição bancária, vamos começar a pagar 50.000,00€ mensais.

-----Com isto, no final do empréstimo do saneamento financeiro, a Câmara de Moncorvo vai poupar 35.000,00€ ao que já estava acordado e, portanto, tem a ver somente com isto: alteração da periodicidade do pagamento de trimestral para mensal; alteração até ao final do pagamento do empréstimo para saneamento financeiro de 2002, de 50.000,00€ mensais em vez de 361.000,00€ trimestrais; e depois, no fundo conseguimos com esta forma de pagar que poupemos nas últimas prestações o que se vai refletir no final do empréstimo em 35.000,00€, que se fizermos contas é quase uma prestação mensal, e por isso, entendemos que esta é a forma viável para o orçamento da Câmara e também para conseguirmos solver as nossas dívidas e cumprir os nossos compromissos. -----

-----Aberto o período de inscrições, registaram-se as intervenções dos senhores: -----

-----**Deputado António Alves Salema (PS):** A certidão deste assunto apresenta a constituição dos cinco membros do órgão Executivo na reunião, e no resultado da votação só aparecem quatro votos. Caso a votação não seja unânime, ou seja, o entendimento divergente, mesmo que de um membro apenas deverá constar na certidão. Portanto, isso tem que se rever porque em anteriores situações aparece muitas vezes isto... Mas o vereador não se ausentou porque não diz aqui nada, portanto, ele estava presente quando votou. -----

-----E isto para dizer que foi sempre a política seguida ao longo dos vários anos, e logo que seja para regularizar as situações é de louvar e merecem a nossa aprovação. -----

-----**Presidente da Câmara:** O senhor deputado tem razão, o cabeçalho da certidão é o cabeçalho da ata onde estão presentes os vereadores. Depois, na ata propriamente dita da reunião de Câmara no assunto em que se ausenta o vereador aparece lá – *ausentou-se* – e foi a Vereadora Piedade que saiu antes deste ponto e não regressou à reunião, depois aqui na certidão só reflete quem esteve na reunião de Câmara e a votação nesse ponto preciso, porque como o senhor deputado sabe numa situação em que se ausenta põe-se lá – *ausentou-se* – e depois se reentrar põe-se – *reentrou neste momento*. Isto é que é o correcto, é o que acontece nas reuniões de Câmara. -----

-----Quando são certidões emitidas da reunião de Câmara para a Assembleia Municipal, põe-se o cabeçalho das presenças, mas depois não se vai buscar quem está e quem não está. Admito que é uma situação a rever até para clareza destas situações. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

-----**Presidente da Mesa:** Terá que ser revisto mesmo até porque são documentos públicos como é evidente, ou se coloca a ausência ou se coloca o nome de quem votou a favor e de quem se absteve. -----

-----**Deputada Magali Amador (PS):** É só um aparte relativamente a esta questão das deliberações já que estamos neste campo. Relativamente às atas propriamente da Câmara Municipal, eu tenho assistido ultimamente e dou como exemplo por exemplo a de Dezembro, que há certas deliberações que por exemplo aparece – *processo de contra-ordenação* – em que não especifica em concreto qual é o número da contra-ordenação, qual é o arguido. -----

-----E já que temos acesso via internet hoje em dia todos os munícipes de quais são as deliberações que são tomadas, eu penso que deveria haver uma atenção da parte da Câmara Municipal, em concretizar melhor as deliberações e especificá-las a nível de atas, porque por exemplo eu dei esse exemplo das contra-ordenações, as pessoas lêem e não percebem o que é que foi deliberado. É só um aparte. -----

-----**Presidente da Mesa:** Muito obrigado senhora deputada. Fica o registo. -----

-----**Presidente da Câmara:** Tem razão senhora deputada, ainda ontem na reunião extraordinária da Câmara Municipal fiz ver isso aos serviços. Concordo com a senhora deputada plenamente, excepto a atenção da Câmara, temos é que chamar a atenção dos serviços. A Câmara delibera e tem confiança que esteja lá aquilo que foi deliberado, os serviços às vezes é que não põem e chamámos a atenção dos serviços, e estamos a rever a totalidade das atas ainda não aprovadas para fazermos essa situação. Aliás, uma das situações até tinha a ver com o senhor deputado António Lopes, numa situação que foi deliberado e que não se conseguia perceber quem era o autor do livro apresentado aqui na Câmara Municipal. E é isso que está a ser revisto, mas muito obrigado pela atenção prestada, ficamos a saber que lêem as atas da Câmara e também pela sugestão que será acolhida. Muito obrigado. -----

-----Submetido a votação, registou-se o seguinte resultado: -----

	Coligação PPD-PSD/CDS-PP	Partido Socialista (PS)	TOTAL
Votos a Favor	14	12	26
Abstenções	0	2	2
Votos Contra	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal e nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por maioria, aprovar a alteração do ponto 9.2 da Cláusula Contratual N.º 9 do Contrato de Empréstimo de Saneamento Financeiro, com a Caixa Geral de Depósitos, no montante de 9.400.000,00€, propondo o “pagamento em 90 prestações mensais, de capital e juros, postecipadas e sucessivas”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

-----Abstiveram-se os senhores Deputados Municipais António Manuel Lopes e António Júlio Andrade (PS). -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----Seguidamente usou da palavra o **Senhor Presidente da Câmara** referindo: Peço desculpa, foi uma pergunta que foi feita pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lousa e que me passou sem dar resposta sobre os 66,00€ da mudança de nome do contrato. Nós estivemos a ver, não é por causa de ser uma pessoa ou de outra pessoa, está no Regulamento que é o valor da alteração ao contrato de fornecimento de água e saneamento, não tem a ver com o nome, até pode ser o ex-marido ou o sogro, não tem nada a ver com isso. Tem a ver é com a formalização da alteração do contrato que depois fica registado na Câmara.

-----Usou da palavra o **Senhor Presidente da Mesa** dizendo: Senhor Presidente, muito obrigado. De qualquer forma parece-me exagerado o valor em causa e acho que essa questão devia ser revista e recomendo pessoalmente. -----

-----De seguida usou da palavra o senhor **António Manuel Martins** (Presidente da Junta de Freguesia da Lousa / Coligação PSD/CDS) que referiu: O que está em causa é o valor, porque se é igual ao serviço prestado aquando da colocação lá do contador que implica a deslocação, o custo do contador, e agora volta a pagar a mesma coisa parece-me um bocadinho exagerado. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

-----Não houve público a querer intervir. -----

-----Seguiu-se a leitura da ata em minuta, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade**. -----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às doze horas e vinte minutos deu por encerrada a sessão. -----

-----Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata, a qual vai ser assinada pelos membros da Mesa e pelo Assistente Técnico da Câmara Municipal, Favorino José Bastos de Carvalho, que a redigiu. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

O Presidente da Mesa,

(José Mário Leite)

A 1.ª Secretária,

(Cristina Trindade)

O 2.º Secretário,

(João Leonardo)

O Assistente Técnico,

(Favorino Bastos)